

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Lucas Cardoso de Jesus

**A CONTABILIDADE SUPORTADA PELOS
RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Taubaté – SP

2021

Lucas Cardoso de Jesus

**A CONTABILIDADE SUPORTADA PELOS
RECURSOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título de Bacharelado em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof. Júlio Cesar Gonçalves

**Taubaté – SP
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU**

J58c Jesus, Lucas Cardoso de
A contabilidade suportada pelos recursos da tecnologia de
informação / Lucas Cardoso de Jesus - 2021.
69f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Departamento
de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté, 2021.
Orientação: Prof. Me. Júlio César Gonçalves, Departamento do
orientador – Gestão e Negócios.

1. Contabilidade. 2. Inovações tecnológicas. 3. Tecnologia da
informação. I. Título.

657

**A CONTABILIDADE SUPOSTADA PELOS RECURSOS DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO**

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título de Bacharelado em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof. Júlio Cesar Gonçalves.

Data: _____

Resultado: _____

COMISSÃO JULGADORA

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Ao professor Júlio Cesar Gonçalves pela sua atenção dedicada ao longo de todo o projeto deste Trabalho de Graduação. E aos nossos pais que foram de fundamental importância em todo o processo de produção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas, cujo de uma maneira ou outra, colaboraram para a realização desse trabalho. Em especial ao meu orientador, Prof. Júlio César Gonçalves, pela sua compreensão, dedicação e orientação durante todo o processo de produção desse trabalho de conclusão. Agradeço de forma especial a empresa Auditoria Audiprev por ter me ajudado, ensinado e aperfeiçoado em todos os aspectos, aos colegas de classe que me auxiliaram, principalmente nos momentos mais difíceis com palavras de apoio e todo o suporte, aos meu pais Valdemir e Mônica, e a minha irmã Julia, pelo amor, compreensão, apoio e conforto, cujo foram essências para a realização e finalização desse trabalho.

“Eu não sei o que quero ser, mas sei muito bem o que não quero me tornar.”

(Friedrich Nietzsche).

JESUS, Lucas Cardoso de. **A Contabilidade suportada pelos recursos da tecnologia da informação.** 67 f. Trabalho de Graduação, modalidade Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do Certificado do Título em Bacharelado em Ciências Contábeis. do Departamento de Gestão de Negócios da Universidade de Taubaté, Taubaté.

Com o avanço da tecnologia o setor contábil se viu obrigado a se adaptar para melhor atender as exigências do mercado. Papeis substituídos por documentos digitais e memória humana passando a ser auxiliada por programas de armazenamento de dados são alguns exemplos das mudanças básicas da contabilidade digital. A tecnologia atualmente está presente em todo lugar do mundo, em alguns pontos está mais avançada e em outras está um pouco mais estagnada. Por conta da rápida evolução tecnológica em alguns setores, a contabilidade é obrigada e se atualizar para poder entregar resultados mais assertivos, em uma maior velocidade e com um entendimento facilitado. A metodologia utilizada para a elaboração desse trabalho é a metodologia da pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, que tem o propósito de analisar pontos de diferentes autores para se obter um entendimento maior do assunto. O objetivo central desta pesquisa foi voltado em estudar a relação entre o avanço tecnológico e o setor contábil, além de evidenciar alguns dos impactos da Automatização da Contabilidade. Este trabalho buscou informações de artigos, livros e de uma pesquisa usada como base para mostrar as vantagens e as desvantagens do uso desse sistema que foi implantado nas rotinas contábeis. Através dos dados obtidos, mostra que a maioria dos empresários participantes citam que tiveram dificuldades no começo, pela falta de profissionais qualificados para ensinar e dar um treinamento, ou seja, isso já torna uma grande desvantagem, entretanto é relatado pela maioria que o sistema possui mais vantagens que desvantagens, é pensado como um investimento para o escritório.

Palavras-chave: Contabilidade digital; Automatização da contabilidade; Evolução tecnológica.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Escrita cuneiforme na placa de argila.....	20
Figura 2 - Moeda Fenícia.....	21
Figura 3 - Foto do Papiro de Turim.....	22
Figura 4 - Frei Luca Pacioli.....	24
Figura 5 - Pagamento de fornecedor pelo método de partidas dobradas.....	25
Figura 6 - Recebimento de vendas pelo método de partidas dobradas.....	26
Figura 7 – SPED.....	39
Figura 8 - Composição dos Blocos da EFD.....	42
Figura 9 - Periodicidade do Inventário.....	43
Figura 10 - Benefícios do SPED.....	45
Figura 11 - Desvantagens, riscos e vulnerabilidades do SPED.....	46
Figura 12 - Características das Empresas Pesquisadas.....	48
Figura 13 - Vantagens do SPED Fiscal conforme literatura.....	50
Figura 14 - Desvantagens do SPED Fiscal conforme literatura.....	52
Figura 15 – ERP.....	54
Figura 16 - Fluxo NF-e e Danfe.....	57
Figura 17 - Guia Rápido sobre Notas Fiscais.....	57
Figura 18 - Nota Fiscal de Entrada.....	60
Figura 19 - Nota Fiscal Saída.....	61

LISTA DE SIGLAS

- AIDF – Autorização para Impressão de Documentos Fiscais
- CIAP – Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade
- CRC – Conselho Regional de Contabilidade
- CNAE – Código Nacional de Atividade Econômica
- CPV – Custo do Produto Vendido
- CT-e - Conhecimento de Transporte Eletrônico
- DANFE – Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica
- ECD – Escrituração Contábil Digital
- EFD – Escrituração Fiscal Digital
- ERP - Enterprise Resource Planning) - Planejamento de Recursos Empresariais
- GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos
- GIA – Guia de Informação e Apuração do ICMS
- IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
- MDF-e - Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais
- NF-e - Nota Fiscal Eletrônica
- NFC-e - Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
- NFS- e - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
- PVA – Programa Validador Assinador
- RFB – Receita Federal do Brasil
- TI – Tecnologia da Informação
- XML - Extensible Markup Language, ou seja, é uma linguagem de marcação que define um conjunto de regras para codificação de documentos.

SUMÁRIO

RESUMO.....	08
LISTA DE TABELAS.....	09
LISTA DE FIGURAS.....	10
SUMÁRIO.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Tema do trabalho.....	14
1.2 Objetivo do trabalho.....	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 Problema.....	15
1.4 Relevância do Estudo.....	15
1.5 Delimitação do estudo.....	15
1.6 Metodologia.....	16
1.7 Organização do Trabalho.....	16
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	17
2.1 Surgimento da Contabilidade.....	17
2.1.1 Contabilidade Mesopotâmica.....	17
2.1.2 Contabilidade Egípcia.....	19
2.1.3 Contabilidade Grega.....	21
2.1.4 Contabilidade Romana.....	21
2.2 Frei Lucca Pacioli.....	23
2.2.1 Método de Partidas Dobradas.....	24
2.3 Contabilidade Brasileira.....	25
2.3.1 Brasil Império (1808-1889)	26
2.3.2 Brasil República (1889-Vigente)	28
2.4 Sistemas de Informação.....	30
2.4.1 Sistema de Informação Contábil.....	32
2.5 Tecnologia da Informação.....	33
3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	36
3.1 Detalhamento e especificidade do tema.....	36
3.2 Escrituração Contábil Digital.....	37

	12
3.2.1 Sistema Público de Escrituração Digital.....	38
3.3 SPED FISCAL – ICMS e IPI.....	39
3.3.1 Obrigatoriedade.....	39
3.3.2 Forma de Entrega.....	41
3.3.3 Retificações e Penalidade.....	42
3.3.4 Inventário – Bloco H.....	42
3.3.5 Controle de Produção de Estoque – Bloco K.....	43
3.3.6 Sistema de Informação Contábil no SPED.....	43
3.4 Vantagens e Desvantagens.....	43
3.5 Estudos Anteriores.....	45
3.6 Resultados.....	46
3.7 Análise Detalhada – Vantagens.....	47
3.7.1 Desvantagens.....	50
3.8 ECD – Escrituração Contábil Digital.....	51
3.9 ERP - Enterprise Resource Planning.....	52
3.10 NF – e (Nota Fiscal Eletrônica)	54
3.10.1 Obrigações.....	54
3.10.2 Procedimentos para a Emissão de NFE.....	55
3.10.3 Vantagens da NF-e.....	56
3.10.4 Mudanças que vieram com a NFE-e.....	57
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	61
5. CONCLUSÕES	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

Podemos começar situando que os escritórios de Contabilidade vivenciam diariamente uma sobrecarga de obrigações contábeis, seus respectivos clientes de diversas áreas tem a necessidade de acompanhar a constante evolução que a tecnologia vem obtendo, sendo assim é indiscutível e indispensável o aprimoramento tecnológico do setor contábil para conseguir atender toda a demanda e fazer o possível para sempre entregar o melhor aos seus clientes.

A expansão da complexidade das corporações em suas tomadas de decisões se tornou mais incisiva, criteriosa e detalhada, desta maneira as exigências de dados informativos mais eficazes, rápidas e corretos, pelo lado dos clientes também aumentou e se tornou mais criteriosa. Segundo Crepaldi (2008, p.5) considera que a contabilidade gerencial é um ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais.

Ou seja, esses dados têm o objetivo de identificar os problemas e com isso fornecer resultados que mostrem o devido impacto quando estão em execução pelas empresas, porém de uma maneira mais rápida e eficaz.

Ocorreu uma grande transformação, no caso a Automação da Contabilidade nos escritórios de contabilidade, com o intuito de facilitar todos os processos do dia a dia contábil, ou seja sistema que deixa tudo mais rápido, organizando os processos de gestão, diminuir os riscos de perdas de dados e informações, diminuir os erros na execução, entre diversos outros, entretanto os profissionais tem que ficar atento a todo avanço dessa tecnologia, a fim de se adequar, compreender, aperfeiçoar e não ficar para trás.

A Automação da Contabilidade possibilita um grande diferencial na competitividade, cujo tratam os dados e informações como algo indiscutível afetando e influenciando as decisões estratégicas, conseguindo soluções para possíveis problemas. Essa automação oferece relatórios precisos e rápidos, notas fiscais corretas, evitando erros na execução, cujo ajuda demais na tomada de decisões, auxilia na organização de dados. E ter sua área organizada, é um diferencial no mercado, muitos escritórios se perdem no meio do caminho devido a falta de organização, ou seja, essa automação é uma forma de sobreviver, ter uma nova vida, então isso surge como necessidade e quase uma “Obrigação” para investir na tecnologia e em qualidade no trabalho.

A Informação poderá ser de forma manual ou automática, cujo onde as pessoas buscam, processam informações e repassa para os seus clientes. Para (McGEE E PRUSAK, 1994; BEUREN, 2000); No atual contexto empresarial, a informação é um recurso imprescindível para as empresas, podendo verdadeiramente representar uma vantagem competitiva para determinadas organizações.

Conforme (BEUREN, 2000), A quantidade de dados e informações a que as organizações estão expostas diariamente, demanda um gerenciamento eficaz, sendo este aspecto parte integrante do processo decisório dos dirigentes e gestores dentro das organizações. Se administrar é decidir, a continuidade de qualquer negócio depende das decisões tomadas pelos gestores dos vários níveis organizacionais dentro das atividades de planejamento e controle (BIO, 1985; ASSAF NETO, 1997).

A automação da Contabilidade visa muito sua estrutura organizacional dentro de um escritório contábil, todos precisam se adequar nesse avanço tecnológico que vem crescendo a cada dia, cujo vem com o intuito de facilitar o processo.

A Tecnologia da Informação compreende todas as atividades desenvolvidas na sociedade pelos recursos tecnológicos e da informática. As *TI's (Tecnologia da Informação)* são tão abrangentes, isto é, estão ligadas às mais diferentes áreas, que existem diversas definições e nenhuma consegue defini-la por inteiro. Padoveze (2000, p. 44) assevera que a Tecnologia da Informação é todo o conjunto tecnológico à disposição das empresas para efetivar seu subsistema de informação.

A origem da contabilidade está ligada diretamente ao comércio, pois, à medida que o homem começava a possuir maior quantidade de valores, preocupava lhe saber quanto poderiam render e qual a forma mais simples de aumentar as suas posses, tais informações não eram de fácil memorização quando já em maior volume, requerendo registros. Inclusive existem alguns relatos bíblicos sobre controles contábeis, um dos quais o próprio Jesus relatou em Lucas capítulo 16, versos 1 a 7: “o administrador que fraudou seu senhor, alterando os registros de valores a receber dos devedores” (BÍBLIA).

1.1 TEMA DO TRABALHO

A automação da contabilidade veio para facilitar e otimizar a vida nos escritórios contábeis e essa interação entre a tecnologia e o contador é algo que vem crescendo a cada dia com novos métodos e sistemas mais eficientes e simples. O que antigamente era organizado e executado de maneira manual, hoje é realizado de forma automática e em um tempo reduzido. Com esse avanço aquelas pilhas excessivas de papéis acabam sendo substituídas por documentos digitais.

Com toda essa reformulação os profissionais da contabilidade terão que se esforçar, dedicar e se adaptar a esse novo método de trabalho, cujo intuito é facilitar o serviço e ajudar na entrega mais rápida das informações para seu cliente. Atualmente é de extrema importância que as empresas se atualizem e se adequem para continuarem vivas no mercado e conseqüentemente se livrem de um cenário onde terão que encerrar suas atividades.

“Compare estas duas cenas. Um atarefado empregado, com a gravata afrouxada, maneja uma pesada máquina. Faz lançamentos contábeis em uma ficha, atrás da qual há uma folha com carbono. Depois transcreve essas informações no Diário, por meio de gelatina. Ou, então, um operador faz os mesmos lançamentos em um microcomputador, com velocidade cinco vezes maior, deixando para o programa a elaboração de relatórios, que depois serão emitidos pela impressora. É a diferença entre usar ou não a informática como ferramenta no dia a dia do profissional da contabilidade.” (THOMPSON, 1991, p. 22).

1.2 OBJETIVO DO TRABALHO

O objetivo desta pesquisa é estudar a interação dos profissionais da contabilidade com programas contábeis, além de evidenciar alguns dos impactos da Automação da Contabilidade.

1.2.1 Objetivo Geral

O Objetivo Geral deste trabalho é explorar o campo tecnológico da contabilidade e entender seus impactos no cenário contábil atual, além de fazer uma análise sobre como estão as exigências para com o contador.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos desse estudo são:

Descrever processos da utilização da tecnologia no setor contábil;
Expôr o processo de adaptação entre tecnologia e contabilidade;
Apresentar alguns sistemas que são usados no setor contábil para se ter melhores resultados.

1.3 PROBLEMA

Com o decorrer dos anos foi possível se observar que o mundo passou e continua passando por grandes avanços tecnológicos e não poderia ser diferente com a Contabilidade. Ao analisarmos de maneira simples o setor contábil nos últimos anos notamos que surgiram diversos programas contábeis que tem o objetivo de auxiliar o contador e deixar a contabilidade mais certa. A grande questão é: Qual o impacto da tecnologia na contabilidade? A contabilidade está sabendo se adequar aos rápidos avanços tecnológicos?

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O presente estudo tem como principal motivação a expansão do ponto de vista do contador perante as inovações tecnológicas.

Esta pesquisa se torna relevante por conta da necessidade do contador de se atualizar diante da tecnologia para pode realizar um trabalho melhor e de fácil entendimento para seu cliente.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Diante do tema Tecnologia aplicada ao setor contábil, esta pesquisa partiu de uma análise de dados que teve como propósito esclarecer as vantagens e desvantagens de se automatizar o setor contábil. Esse estudo focou em como o contador se adapta as mudanças tecnológicas dando ênfase para a

Os resultados obtidos refletem estudos realizados em diversas localidades do mundo, que foram analisados e filtrados para se chegar à conclusão deste trabalho.

1.6 METODOLOGIA

Este estudo se baseia na metodologia de pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, com o propósito de se obter um entendimento maior do assunto através pontos de vista de diferentes autores.

A partir de pesquisas realizadas em sites e livros foram efetuados análises dos materiais coletados para chegar em um ponto em que a pergunta problema fosse respondida e relevância do estudo justificada.

Com base em textos de outros autores e informações coletados de sites, foram obtidos dados suficientes para se buscar um consenso no assunto.

1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em 5 (cinco) capítulos, de forma que a sequência das informações ofereça um perfeito entendimento de seu propósito.

No Capítulo 1, apresenta-se uma introdução abordando questões como ..., ainda trata dos objetivos, da importância do tema, da delimitação do local onde o estudo foi desenvolvido, do Método ou metodologia e como está organizado.

O Capítulo 2 trata da revisão bibliográfica, necessária para fundamentar a pesquisa, acerca de temas como surgimento e desenvolvimento da contabilidade, além da falar sobre sistemas de Informação e Tecnologia da Informação.

O Capítulo 3 trata do desenvolvimento da pesquisa, onde se encontra um aprofundamento nos sistemas ERP e SPED, além de uma pesquisa realizada por Taliane Heming Backi, Tadeu Grando, Vanessa de Quadros Martins e Antônio Carlos Brunozi Junior, que foi usada para auxiliar na comprovação de alguns pontos.

O Capítulo 4 trata dos resultados do trabalho, onde são discutidos alguns pontos da pesquisa terminada.

No Capítulo 5 são realizadas as considerações finais da pesquisa.

2. Revisão da Literatura

2.1 Surgimento da Contabilidade

O surgimento da contabilidade está atrelado a necessidade do homem de realizar registros do comércio. Existem indicações de que os fenícios foram responsáveis pelas primeiras cidades comerciais, porém a prática do comércio não é exclusiva deste povo uma vez que outras cidades da antiguidade também exerciam esta atividade.

O sistema de trocas e vendas feito pelos comerciantes semíticos exigia um acompanhamento das mudanças de seus bens após efetuadas as trocas ou vendas, onde eram feitos alguns simples registros. Já na antiga Babilônia é possível notar que os impostos cobrados eram registrados através da escrita que ainda era bem rústica. E ainda existem registros de escribas egípcios que de forma simples e rude, efetuavam a contabilização dos negócios realizados pelos comandantes de seus país por volta de 2000 a.C.

2.1.1 Contabilidade Mesopotâmica

Mesopotâmia é o nome da região que está localizada entre os rios Tigres e Eufrates no centro do Oriente Médio e que o hoje é o Iraque. Era uma região formada por variados povos, onde se destacam os Sumérios, Acádios, Assírios e Babilônicos.

O papel desses povos no desenvolvimento e evolução da contabilidade foi decisivo e entre esses povos os sumérios foram os que tiveram papel mais importante, pois foram os primeiros habitantes da mesopotâmia, além de serem um povo muito desenvolvido para os padrões da época. E ainda tinha fato de o Estado e a Religião suméria serem poderosos e muito ricos. Fora isso o povo sumério tinha um vasto domínio da escrita e boa habilidade em contar, e isso contribuiu para que essa fosse a civilização com maior desenvolvimento no início da idade antiga.

O povo sumério que foi responsável pela criação da escrita cuneiforme que tem esse nome pelo fato de ser feita com o auxílio de um estilete em forma de cunha que era utilizado para desenhar símbolos em tábuas feitas de argila.

Figura 1 - Escrita cuneiforme na placa de argila



Fonte: The British Museum¹

Inicialmente a utilização da escrita cuneiforme estava diretamente ligada a contabilidade, uma vez que era usada para contabilizar riquezas, identificar transportes de mercadorias, registrar o cultivo de cereais e a fabricação de cerâmica.

Por conta dos fatos citados, a escrita cuneiforme se tornou muito utilizada pela administração da suméria a logo após começou a ser usada para outras finalidades e com isso foi ganhando cada vez mais símbolos até se tornar uma forma de gravar pensamentos e ideias dos humanos.

Lopes de Sá (2009, pg. 24) descreve as placas de argila:

As pequenas placas (milhares foram encontradas) e os traços retilíneos se justificavam em razão da matéria utilizada para os registros, que era a argila umedecida, pois esta, secando rapidamente, não recomendava o uso de grandes unidades, nem de curvaturas nas inscrições; mais tarde, resumos de tais pequenas peças começaram a ser realizados em pranchas maiores (peças de aproximadamente 20 cm por 20 cm), e assim surgiu o Diário.

Com isso é possível dizer que outra enorme contribuição do povo sumério para a contabilidade, foi a criação de um livro que é utilizado até os dias de hoje na contabilidade, este tem o nome de Livro Diário. O tempo foi correndo e a escrita contábil foi se desenvolvendo e se adequando aos interesses dos estados e templos, até se passar a ser utilizada por comerciantes e e pessoas com muita riqueza. Por volta de 2000 a.C. a escrita contábil estava tão evoluída que os povos passaram a utilizar metais nas trocas e vendas até que os fenícios inventaram a moeda.

¹ Disponível em: <http://www.mesopotamia.co.uk/writing/images/pic.jpg>. Acessado em

Figura 2 - Moeda Fenícia.



Fonte: O Fascinante Universo da História²

2.1.2 Contabilidade Egípcia

Ao estudar a história das civilizações antigas é possível notar muitas semelhanças entre os povos mesopotâmicos e os egípcios, entre essas semelhanças está o fato de os dois povos terem sido formados perto de rios, possuírem sistemas de irrigação e serem grandiosos construtores. Além disso ainda eram as duas maiores civilizações da antiguidade e tinham um sistema de contabilidade parecido, porém os egípcios contavam com o diferencial do papiro.

Com relação a contabilidade egípcia, Lopes de Sá (2009, pg. 26) destaca: “A contabilidade dos egípcios deu passos evolutivos substanciais no sentido das análises e até no uso de matrizes contábeis, para efeitos de distribuição de despesas por centros de aplicação delas.”.

Conforme a civilização egípcia foi evoluindo a escrita foi mudando e se tornando mais simples e fazendo com que os registros contábeis fossem feitos de forma mais rápida. Junto com a evolução da escrita egípcia está a evolução na matemática, na estrutura administrativa e na qualidade artística e com isso a contabilidade também foi evoluindo justamente por acompanhar esse desenvolvimento.

Atualmente existem raros registros em papiro, porém entre os poucos registros que ainda restam está o Papiro de Turim conhecido também como Cânone Real de Turim, que foi descoberto pelo explorador italiano Bernardino Drovetti, por volta do ano de 1822. Esse papiro tem marcado em um de seus lados uma lista com deuses, semideuses,

² Disponível em: <http://universodahistoria.blogspot.com/2010/10/os-comerciantes-fenicios.html>

espíritos, reis míticos e faraós que governaram o Egito e em seu verso está uma lista de pessoas e instituições que para alguns pesquisadores é uma estimativa de tributos.

Figura 3 - Foto do Papiro de Turim.



Fonte The Ancient Egypt Site³

A utilização do papiro junto com a criação de livros ajudou na evolução contábil, pelo fato de permitirem e facilitarem a reunião e consulta de registros, tornando assim as informações mais uniformes e de fácil entendimento.

A contabilidade naquela época era registrada pelos escribas reais, que ficavam encarregados de escrever textos, redigir leis, registrar dados numéricos, além de copiar e arquivar informações. No Egito antigo já existiam também, pessoa denominadas contadoras, que muitas vezes tinham cargos altos e eram responsáveis por acompanhar caravanas mercantis, pilhagens militares e qualquer outro tipo de negócio que estivesse ligado a pagamento de pessoal.

Alguns desses escribas e contadores foram tão importantes que tem seus nomes marcados na história. Lopes de Sá (2006, pg.63) disserta sobre eles:

Muitos foram contadores famosos do Egito como Userher, Akai, Ipi, todos merecendo destacadas homenagens, estas que se faziam por meio do culto da morte. Na tumba de Ipi (cerca de 3.400 anos), existe preciosas inscrições; uma delas denominada Estrela do escriba real, com rica ornamentação em calcário. Akai mereceu uma estátua que se encontra hoje no museu do Louvre.

2.1.3 Contabilidade Grega

³ Disponível em: http://www.ancient-egypt.co.uk/turin/pages/turin_royal_canon.htm

A Grécia Antiga é outra importante civilização que contribuiu para o desenvolvimento da contabilidade. Foram os gregos os responsáveis pela criação das primeiras instituições científicas da contabilidade. Essas instituições gregas se baseavam em uma doutrina patrimonialista. Essas ideias foram baseadas nos conceitos de riqueza dos renomados filósofos Aristóteles e Platão segundo Lopes de Sá (2009)

Lopes de Sá (2009, pg. 29) ainda diz: “A contabilidade dos templos e do Estado, na Grécia, eram independentes, e a publicação era gravada em peças de mármore e eram colocadas em praça para que todos tomassem conhecimento das entradas e saídas do dinheiro.”.

Por volta de 508 a.C. a contabilidade pública da civilização grega era administrada por contadores públicos que foram chamados de colégio dos apodectai. Esses contadores tinham uma escrita mais centralizada e uma gestão financeira que era voltada para pagamentos e dívidas em diferentes caixas especiais.

2.1.4 Contabilidade Romana

Romana teve grande importância na evolução da contabilidade, pois possuía um território muito grande, um enorme exército e seu comércio era bem movimentado. Apesar de demandarem um alto valor, as operações militares traziam muito dinheiro para a civilização romana seja através de saque ou até mesmo de cobrança de altos impostos visto que a cada batalha vencida um novo território era anexado.

Os profissionais contábeis em Roma tinham grande importância por serem os responsáveis por produzir balanços e prestar conta de tudo, além de cuidar de todos os registros contábeis. Por conta dessa alta quantidade de trabalho, existiam gestores especiais que através de uma escrita contábil especial ficavam responsáveis pelas grandes atividades públicas.

O Controlador geral do Estado é outro cargo criado pelos romanos. Os contadores que exerciam este cargo ficavam responsáveis pela contabilidade e gestão pública. Na época do Imperador Marco Aurélio (121 d.C. a 180 d.C.) o Controlador Geral do Estado teve tanta importância que chegou a ter a maior remuneração da administração pública. Sobre isso Lopes de Sá (2009, p. 31) diz: “No maior Império do Mundo, pois, o mais poderoso gestor da riqueza estava entregue a um só homem – o Controlador Geral do Estado”.

2.2 Frei Luca Pacioli

Luca Bartolomeo de Pacioli (Sansepolcro, 1445 — Sansepolcro, 19 de junho de 1517), foi um frade franciscano e um renomado matemático Italiano que é considerado o pai da contabilidade moderna pelo trabalho realizado a respeito do método de partidas dobradas.

Figura 4 – Frei Luca Pacioli



Fonte: Adilson Mateus, 2010.⁴

Pouco é conhecido sobre a infância de Luca Pacioli, porém sabe-se que ele foi educado por um matemático chamado Domenico Bragadino e pelo pintor Piero Della Francesca.

Por ser originário de uma família bem pobre, Pacioli tinha um futuro pouco promissor. Foi aprendiz de um homem de negócios em um mosteiro Franciscano em Sansepolcro, porém logo largou os aprendizados e foi trabalhar como matemático.

Junto com Piero Della Francesca, Pacioli foi para Appenines onde teve acesso a biblioteca de Frederico, Conde de Urbino e com isso conseguiu aumentar seus conhecimentos matemáticos.

Em 1470 com 25 anos, Luca Pacioli escreveu seu primeiro livro sobre álgebra. Em 1475 como professor da universidade de Perugia, se tornou o primeiro a lecionar uma cadeira de matemática nessa universidade. Saiu da Universidade de Perugia em 1481 e rodou pela Itália até 1486 quando foi chamando novamente para a universidade de Perugia.

O ano de 1494 é ano mais importante da vida de Pacioli, pois foi quando escreveu seu famoso livro: “Summa de Arithmetica, Geometria proportioni et propornaliti” (coleção de conhecimentos de Aritmética, Geometria, proporção e proporcionalidade).

⁴ Disponível em: <http://adilsonmateus.blogspot.com/2010/05/luca-pacioli.html>

Uma das seções do livro denominada de: “Particulario de computies et Scripturis” foi a grande responsável por seu reconhecimento atual como Pai da Contabilidade Moderna, pois foi onde Luca Pacioli descreveu o método de partidas dobradas também conhecido como Método veneziano.

O Livro “Summa de Arithmetica, Geometria proportioni et propornaliti” fez com que Pacioli se tornasse uma celebridade, além de ter sido o tratado de matemática mais lida na Itália e também um dos primeiros livros a ser publicado na imprensa de Gutemberg.

2.2.1 Método de Partidas Dobradas

Esse método determina que para todo lançamento de débito realizado em uma conta tem que existir um lançamento de crédito em uma outra conta. Sendo assim, não pode haver um valor credor sem que exista um valor devedor que seja correspondente.

Para o controle do método de partidas dobradas é necessário a realização de 2 lançamentos contábeis que são: Lançamentos a débito e Lançamentos a crédito.

O lançamento a débito pelo método de partidas dobradas traz um aumento no ativo ou diminuição no passivo e um aumento nas despesas ou diminuição nas receitas. Já nos lançamentos de crédito ocorre o contrário onde há um aumento no passivo ou uma diminuição no ativo e um aumento nas receitas ou uma diminuição nas despesas.

Figura 5 - Pagamento de fornecedor pelo método de partidas dobradas.

Caixa		Fornecedor	
200		200	

Fonte: TC School, 2021.⁵

⁵ Disponível em: <https://tc.com.br/tc-school/contabilidade-financeira/metodo-partidas-dobradas>

Figura 6 - Recebimento de vendas pelo método de partidas dobradas.

Contas a Receber		Receita
100		100

Fonte: TC School, 2021.⁶

2.3 Contabilidade no Brasil

No período que se compreende a descoberta do Brasil até a chegada da família real em território brasileiro, surgem os primeiros nomes da contabilidade brasileira por conta de os portugueses terem costume de contar com pessoas com conhecimento contábil para fazerem parte da tripulação dos navios que controlavam as expedições marítimas de Portugal.

Sobre isso Lopes de Sá (2008, p.20) diz: “Era uso e costume as expedições marítimas possuírem

na tripulação um profissional da escrita, a de Cabral trouxe quem seria o primeiro contador estrangeiro a aportar em terras Brasileiras e que foi Pero Vaz de Caminha”.

No período de 1500 a 1530, Portugal fazia expedições rápidas com o objetivo coletar o pau Brasil e patrulhar o território brasileiro.

No decorrer dos anos começaram a surgir as primeiras cidades criadas pelos colonizadores portugueses, que tinham com um de seus principais objetivos diminuir e facilitar os deslocamentos. Salvador em 1549, São Paulo em 1557 e Rio de Janeiro em 1565 foram algumas primeiras cidades criadas. Por disso os portugueses perceberam que a contabilidade seria uma aliada essencial para o desenvolvimento no território brasileiro e com isso começaram a mandar os primeiros contadores e guarda livros do Brasil.

“Gaspar Lamego 1º contador nomeado para o Brasil no ano de 1549; Bastião de Almeida 1º Guarda Livros também em 1549; Diogo Ribeiro em 1556; Damião Lopes em 1558 e João de Araújo em 1559.” (Lopes de Sá, 2008, p.21)

⁶ Disponível em: <https://tc.com.br/tc-school/contabilidade-financeira/metodo-partidas-dobradas>

Historicamente é constatado que na data de 16 de julho de 1679 por meio da Carta Régia é criada a Casa do Contos, que o órgão responsável por processar e fiscalizar receitas de despesas dos Estado. Em 1808 a família real chega ao Brasil e proporciona um desenvolvimento socioeconômico e cultural muito mais efetivo no Brasil colonial.

A expansão das atividades coloniais juntos com o desenvolvimento social provocaram um grande aumento nos gastos e isso exigiu que Estado tivesse um controle das contas públicas, mais organizado e eficiente e para isso foi fundado um órgão denominado Erário Régio.

Com a Implantação do Erário Régio, o método de partidas dobradas (que já era utilizado em Portugal) foi inserido na contabilidade Brasileira. O Erário Régio era constituído por um presidente que tinha as funções de um Inspetor Geral junto com um Contador e um Procurador fiscal que eram responsáveis pela arrecadação, distribuição e toda administração financeira e fiscal.

Em 24 de dezembro de 1768 os processos de escrituração pública tornaram se obrigatórios. Já no Brasil só em 1808 que surge a primeira referência oficial a escrituração e relatórios contábeis, elaborada pelo então Príncipe Regente Dom João VI, como relata seguinte trecho da carta:

Para o método de Escrituração e fórmulas de Contabilidade de minha real fazenda não fique arbitrário a maneira de pensar de cada um dos contadores gerais, que sou servido criarem para o referido Erário: - ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade, para o manejo de grandes somas como por ser mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores.

Brasil Império (1808 – 1889)

A História relata que o período do Brasil Império durou de 1808 a 1889, datas que marcam a chegada da Família real até a Proclamação da República do Brasil. Em 1808 Portugal vivia uma forte crise política, que se agravou com as constantes ameaças de invasão feitas pelas França de Napoleão Bonaparte. Em certo momento de 1808 Dom João VI com medo de uma programada invasão, vai até a Inglaterra que era um de seus principais parceiros comerciais e solicita ajuda e patrocínio para uma fuga da família Real partindo de Portugal em direção ao Brasil. A família real então parte para o Brasil, porém

junto com eles vão alguns intelectuais franceses que foram expulsos da França e que virem a contribuir muito para o desenvolvimento da contabilidade brasileira.

O Brasil Império teve três governantes: D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II. Os três tiveram extrema importância na evolução contábil brasileira. Entre as principais contribuições dos três estão:

Governo de D. João VI (1808 – 1821).

- Criação do Banco do Brasil no ano de 1808 e liquidação em 1829;
- Baixa de um Decreto no ano de 1809 em que ficou determinado que as escriturações fossem feitas somente por pessoas que frequentassem a escola, cujos cursos eram chamados de escola do comércio;
- Foi a época do ciclo do ouro e metais preciosos que teve início em 1800 e foi até 1860. Esse período foi muito importante, pois exigia grandes conhecimentos na área Contábil por conta da apuração dos custos e lucros pelos empresários e na apuração dos impostos feita pelo governo.

Governo de D. Pedro I (1821 – 1831).

- Surgimento da dívida externa. Em 1822 o Brasil se declara independente e para não ter que lidar com uma revolta de Portugal aceita pagar uma indenização ao governo português através de um empréstimo solicitado ao Governo da Inglaterra.
- Baixa de um Decreto no ano de 1830 que tornava obrigatório o uso do método de partidas dobradas nas escriturações contábeis.

Governo de D. Pedro II (1831 – 1889).

Em 1831, após a morte de D. João VI, seu filho D. Pedro I voltou a Portugal para assumir o país e deixou D. Pedro II no Brasil para assumir o seu lugar como governante. Por conta de ter apenas 5 anos de idade passou por um governo transitório até ser emancipado em aos 14 anos e assumir o comando até 1889. Os principais eventos contábeis de seu governo foram:

- Em 1836 por conta da alta influência dos franceses que moravam no Brasil, o método das partidas dobradas foi aprimorado e isso resultou em um grande avanço no controle das empresas de origem Europeia que estavam instaladas no Brasil;
- Em 1837 foi editada a primeira obra contábil escrita por um brasileiro. A obra chamava “A metafísica da Contabilidade comercial e foi escrita por

Estevão Rafael de Carvalho natural de Maranhão e teve uma enorme repercussão por ter apresentado a contabilidade como Ciência;

- Em 1850 ocorreu a promulgação do código comercial que estabelecia a obrigatoriedade do levantamento do Balanço e a elaboração do Livro Diário nas entidades;
- Em 1851 o Banco do Brasil foi recriado;
- Em 1860 fim do ciclo do ouro e metais preciosos.

Pelo fato de o Governo Imperial sempre ter como grande aliada a contabilidade para buscar um controle efetivo na arrecadação, teve uma grande contribuição para que a profissão contábil evoluísse em território brasileiro. Sobre isso Lopes de Sá (2008 p.61) diz: “As exigências na fiscalização dos tributos, na austera gestão do dinheiro do Império, abriram maior campo ainda para os profissionais da área contábil”.

Brasil República (1889-Vigente)

Entre 1889 e 1930 o Brasil não viveu um período de destaque significativos para o desenvolvimento contábil brasileiro. Em 1929 por conta da crise do café começa a revolução industrial brasileira que acaba ocorrendo de forma lenta até esfriar novamente por conta da eminência de 2ª guerra mundial, que acabou estourando somente em 1939.

Em 1940 a contabilidade brasileira volta a crescer e ter destaque por conta do governo de Getúlio Vargas que patrocina o desenvolvimento industrial a partir da criação de empresas estatais e consequentemente dando início a revolução industrial brasileira. Por conta da revolução industrial a contabilidade passa a ter um papel mais significativo e sobre isso Aquino, W; Santana, A. C. (1992, p.5) dissertam:

Com o desenvolvimento industrial e o surgimento das grandes corporações, que necessitavam de grandes aportes de capital, surgiu também a necessidade da apresentação de maior número de informações aos usuários externos, aumentando a importância da Contabilidade e a responsabilidade dos contadores. Com o aparecimento do mercado de capitais e das companhias abertas, principalmente nos Estados Unidos, e, consequentemente, com a pulverização das participações societárias, a figura do usuário da informação contábil se transforma, se expande, passando de uni dono ou pequenos grupos de donos e/ou financiadores para uni público investidor mais amplo.

De acordo com um estudo publicado por Peleias, I. R.; Silva, G. P; Segreti, J. B; Chiroto, A. R. (2007: p.22-29), somando o estudo de Peleias, I.R.; Bacci, J. (2004: p.46), além do artigo publicado pelo site do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, os principais acontecimentos Contábeis desde o início da República brasileira são:

- 1915 foi criado o Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais
- 1916 foi criado o Instituto Brasileiro de Contabilidade no Rio de Janeiro e a Associação dos Contadores em São Paulo.
- 1919 foi fundado o Instituto Paulista de Contabilidade (IPC)
- 1924 Acontece o 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade que foi liderado pelo Senador João Lyra.
- 1926 Através do Decreto de lei de nº 17.329 de 28 de maio de 1926 foram aprovados os cursos profissionalizantes ou de Ensino Técnico Comercial.
- 1927 O Contabilista Francisco D’Auria Lança a ideia de instituição do Registro Geral de Contabilistas do Brasil, que tinha o objetivo de selecionar os profissionais que estavam aptos para exercerem a profissão de contador.
- 1931 Através do Decreto de lei de nº 20.158 de 30 de junho de 0931, foi regulamentada a profissão de contador no Brasil.
- 1945 por meio do Decreto de lei de nº 7.938 surge o curso superior em Contabilidade.
- 1945 Foi apresenta um projeto para a criação do Conselho Nacional de Contabilidade.
- 1946 Foi criado o *Conselho Federal de Contabilidade (CFC)* e os *Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC)* por meio do Decreto de lei de nº 9.295 de 27 de maio de 1946.
- 1970 A *Universidade de São Paulo (USP)* cria o primeiro curso de pós-graduação em contabilidade.
- 1970 foi criado o Programa de Mestrado em Ciências Contábeis na Fundação Getúlio Vargas, no estado do Rio de Janeiro.
- 1971 *Criação do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON)* no dia 13 de dezembro de 1971.

- 1978 Foi implantado o Programa de Doutorado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

Ao longo do tempo se percebe que o avanço e desenvolvimento da Contabilidade está diretamente ligado ao desenvolvimento do ser humano e do fato de a sociedade estar sempre evoluindo e ficando cada vez mais exigente.

2.4 Sistemas de informação

Por definição o sistema de informações é constituído por um sistema onde são adquiridos dados para operações de controle e planejamento de uma empresa. Em resumo, o sistema de informações é capaz de gerar dados de maneira bem estruturada e organizada, fornecendo assim uma contribuição para o processo de tomada de decisões. Como o efeito imediato desta definição é notável que os sistemas de informação recebem inputs que são processados e por consequência transformados em outputs, e após são utilizados para que decisões administrativas sejam tomadas de forma mais segura. Sem o processamento dessas informações essas tomadas de decisão seriam mais arriscadas, podendo comprometer a empresa.

O sistema de informação não fica limitado a coletar, analisar e processar somente informações externas, o mesmo pode ser utilizado para avaliar informações internas geradas dentro da própria empresa.

Os sistemas de informações devem ter sua estrutura como um processo linear de comunicações onde inputs são as informações internas e os outputs são as informações que foram processadas para a tomada de decisão segura.

Para Bio (*apud* Agnolin, Tatiane Daniela 2017, p.22), sistema de informação é um subsistema do “sistema empresa”, e dentro da mesma linha de raciocínio pode se concluir que seja composto de um conjunto de subsistemas de informação, por definição, interdependentes. Pode-se pensar em subsistemas de orçamento, de custos, de contabilidade, como componentes do sistema de informação total da empresa.

Para Oliveira (2003) sistema é como um conjunto de partes independentes que em conjunto formam todo unitário com um objetivo determinado e efetuam uma função pé estabelecida.

De acordo com Padoveze (*apud* Agnolin, Tatiane Daniela 2017, p.22) sistema é um conjunto de elementos interdependentes, ou um todo organizado, ou partes que interagem formando um todo unitário e complexo. No ambiente empresarial, esta

resultante tem sido denominada de sinergia, que significa que a ação conjunta de diversos componentes sistêmicos ou entidades podem obter desempenho melhor do que aquele possível de se obter isoladamente.

Conforme Magalhães e Lunkes (2000), um sistema de informação é responsável por processar dados e transformá-los em relatórios. Esses relatórios são utilizados por pessoas para tomadas de decisões. Para Magalhães e Lunkes (2000) os sistemas podem ser agrupados em Sistemas de Informações Gerenciais e Sistemas Operativos de Informações que são definidos como:

Sistemas de Informações Gerenciais – São um conjunto de informações muito úteis em tomada de decisão.

Sistemas operativo de informações – São um conjunto de recursos (materiais, imateriais ou Humanos) inseridos em uma organização. Esse conjunto fica encarregado de observar, coletar, selecionar, memorizar e processar dados para a geração de informações.

Para Laudon e Laudon (2011) a função da administração é desenvolver um trabalho criativo estimulado por conhecimentos e informações, ou seja, diante de diversos problemas a tecnologia da informação pode se tornar uma facilitadora ao gerar grande auxílio para a solução desses problemas.

Apesar da dificuldade em avaliar quais são os reais benefícios de um sistema de informação gerencial, Oliveira (2004) encontra alguns:

- a) Operações com o custo reduzido;
- b) Melhoria no acesso a informações, proporcionando assim mais facilidade, eficiência, velocidade e menos esforços na elaboração de relatórios;
- c) Produtividade melhorada;
- d) Serviços realizados de forma mais eficiente;
- e) Decisões mais rápidas e eficientes;
- f) Maior influência na interação por parte dos usuários responsáveis pelas tomadas de decisões;
- g) Apresentação de projeções melhores sobre efeitos das decisões;
- h) Facilidade no fluxo de informações por conta de uma estrutura organizacional aperfeiçoada;
- i) Melhoria de estrutura proporcionando maior poder aos responsáveis por controlar o sistema;
- j) Tomadas decisões menos centralizadas;

- k) Melhor adaptação da empresa com relação a imprevistos.

Para Bio (2008) focalizar a empresa como um sistema, faz com que a compreensão referente a eficácia e eficiência seja mais fácil. Sendo que eficácia se refere a resultados e escolha da melhor solução para uma determinada situação, ou seja a eficácia se define pela relação dos resultados que se espera com os resultados que são obtidos.

Bio (2008) ainda define eficiência como modo que se utiliza para realizar determinadas ações.

Magalhães e Lunkes (2000) afirmam que para um sistema ser eficaz ele deve proporcionar informações o suficiente para se ter melhor entendimento de três finalidades:

- a) Relatórios internos a administração que forneçam dados suficientes para o planejamento e melhor controle de atividades normais;
- b) Relatórios internos a administração que forneçam dados suficientes para a melhor decisão com relação a situações especiais e a políticas globais de longo prazo;
- c) Relatórios externos para usuários externos que possam ter um maior interesse em acompanhar a situação da empresa.

Ainda conforme Magalhães e Lunkes (2000) existem alguns pontos importantes que a adequação de um sistema de informação contábil deve privilegiar e proporcionar:

- a) Acumulação de registros e relatórios de dados deve ser eficiente;
- b) Avaliação objetiva e eficiente sobre todas as fases das operações da empresa;
- c) Delegação de autoridade e responsabilidade;
- d) Prevenção eficiente de erros e fraudes.

Um sistema informativo tem sua eficiência ligada diretamente a significância das informações e a rapidez que essas informações fluem dos pontos sensores até os centros de decisão (Magalhães; Lunkes, 2000).

2.4.1 Sistema de Informação Contábil

Sistema de Informação Contábil (SIC) é uma das ramificações do sistema de informações gerenciais. Conforme Padoveze (2014, p.143):

O sistema de informação contábil ou sistema de informação de controladoria são os meios que o contador geral, o contador gerencial ou o controller utilizarão para efetivar a contabilidade e a informação contábil dentro da organização, para que a contabilidade seja utilizada em toda a sua plenitude. (PADOVEZE, 2014, p. 143)

Conforme Lunkes e Rosa (2012, apud Morás et al, 2015), a contabilidade é um sistema de informações que conta com uma certa segurança para poder realizar registros, acúmulos, tratamentos e processamentos de eventos, além da transmitir informações e seguindo essa linha o SIC é responsável por reunir, organizar e guardar dados para que eles possam ser utilizados para gerar informações uteis para ajudar nas tomadas de decisões.

2.5 Tecnologia da informação

Com a crescente atualização da tecnologia, os profissionais da contabilidade veem a necessidade de se adequar às mudanças e a velocidade das informações. Antes vistos como profissionais rodeados de papeis e sempre auxiliados por calculadoras, os contadores viram sua profissão mudar com o tempo e agora esforçam para acompanhá-la. Com o mercado cada vez mais competitivo e exigente, até o profissional contábil mais conservador foi obrigado a navegar pelo mundo digital, utilizando das plataformas digitais e programas contábeis para tornar seu trabalho mais eficiente e atrativo diante dos olhos dos exigentes clientes. Por conta dos avanços tecnológicos hoje em dia é possível se ter um maior controle das receitas e despesas das empresas, se torna possível a programação para pagar e receber contas, além de facilitar com as obrigações fiscais e grande parte dessas coisas podem ser feitas a partir de um simples clique.

Rezende (2002) descreve o conceito de TI (Tecnologia da Informação) como um grupo de recursos tecnológicos e computacionais, que são utilizados para armazenamento de dados que emitem informação e geram conhecimento.

De acordo com Rezende (*apud* Rodrigues, Fernanda 2019, p.16) por volta de 1960 o tema tecnológico que circulava nas organizações era o “processamento de dados”, a maioria das empresas direcionava os recursos para processamento em grandes mainframes, que era grandes computadores e para sistemas de controles operacionais, como estoque, folha de pagamento, faturamento.

Para Gomes L.; Gomes C.; Almeida (2009 p. 69) os processos de tradicionais de negociação tomada de decisão estão mudando por conta da tecnologia da informação.

Sobre isso o mesmo tema Marakas, G.M.; O'Brien, J.A. (2013 p. 64) afirmam:

A tecnologia da informação tem papel muito importante na reengenharia de processos de negócio. A velocidade, as capacidades de processar informação e a conectividade dos computadores e das tecnologias de internet podem aumentar substancialmente a eficiência dos processos empresariais, bem como as comunicações e colaborações entre as pessoas responsáveis por sua operação e seu gerenciamento.

Por conta dos rápidos avanços tecnológicos e grande necessidade do mercado de receber informações com alta rapidez e precisão, os computadores, softwares, internet e sites acabaram se tornando recursos indispensáveis no mundo dos negócios e por consequência no setor contábil.

Martins et al (2012) afirma que por conta da globalização e das transformações tecnológicas, os profissionais contábeis e as empresas estão sendo obrigados a mudarem seus conceitos de operação e comportamento para poderem ter uma otimização nos fluxos de serviço e uma redução em seus gastos. Sobre o mesmo tema, Oliveira (2003, p.17) diz: “As empresas que adotaram a contabilidade informatizada tiveram bons resultados e procuraram cada vez mais melhorar esse processo.”

Por conta da utilização das novas tecnologias o setor contábil vem se destacando como importante instrumento que é capaz de gerar informações que são essenciais para a administração de uma empresa. Iudícibus (2009, p.13) afirma: “*A informação contábil estruturada, fidedigna, tempestiva e completa pode ser a diferença entre o seu sucesso e o fracasso da organização.*”

Para Marion (2007, p.45) Todas as mudanças que ocorrem no setor contábil por conta da utilização da informática, fazem com que o contador assuma maiores responsabilidades dentro do sistema de decisão da empresa, fazendo que ele deixe de executar somente simples operações e atividades de escrituração fiscal e se torne um gerente do sistema de informação contábil da empresa.

Conforme Lopes de Sá (1997, p.23) “*A cada nova geração de computadores, a cada inovação no campo dos recursos da memória, da velocidade da imagem, do som, maiores e novas aplicações se encontram para contabilidade*”.

Em relação a evolução do setor contabil somada a utilização da tecnologia da informação, O'Brien (2004, p. 18) diz:

Os Sistemas de Informação de hoje utilizam muito Internet, intranets, extranets, redes locais e outras redes de telecomunicações para interconectar estações de trabalho de usuários finais, servidores de rede e outros sistemas de computadores. Isso requer uma diversidade de software de sistemas para gerenciamento de redes, entre os quais sistemas operacionais de redes, monitores de desempenho de rede, monitores de telecomunicações e assim por diante.

Todo esse investimento em tecnologia da Informação existe pelo fato de a informação ser um bem que agrega enorme valor em qualquer empresa e por isso a utilização dos recursos de tecnologia deve ser feita de forma adequada, sendo assim as informações só serão um diferencial competitivo quando as ferramentas que promovem eficiência e eficácia na troca de informações forem utilizadas.

3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

3.1 Detalhamento e especificidade do tema

Nos últimos anos, é visível a grande evolução, as pessoas vêm mudando cada vez mais rápido seu modo de viver, de trabalhar que é o principal, e a sua forma de se relacionar com as outras.

Pode-se dizer que a tecnologia deixa tudo mais fácil e ágil, além de qualificar e dar o resultado esperado. E pode-se dedicar uma parte dessa evolução aos profissionais da TI que tiveram muita importância e autoridade ao profissional da área contábil, deve-se citar um exemplo, como a criação de sistemas de informações contábeis e os ERP'S que facilitaram, aperfeiçoaram e agilizaram todo o trabalho do contador e dos escritórios, já que antes as atividades eram exercidas de maneira manual. Hoje em dia, em questão de cliques e alguns segundos, é possível conseguir informações sobre a saúde financeira da empresa, entretanto o programa exige atenção, dedicação e análise das informações para atender as expectativas dos clientes empresários etc.

Para (BORGES, MIRANDA. 2011 p.79) podem-se dizer que o termo Tecnologia da Informação (TI) seja definido para designação do conjunto de recursos tecnológicos e computacionais na geração, uso da informação e os conjuntos não humanos destinados ao armazenamento, processamento e comunicação desta informação, de forma que são organizadas em um sistema que possa executar um conjunto de tarefas, já para (GOMES L.; GOMES C.; ALMEIDA. 2009 p. 69), a mudança dos processos tradicionais de negociação e decisão, é fruto do uso da tecnologia de informação na comunicação

O Mercado de Trabalho vem exigindo a cada dia mais profissionais que tenham conhecimento em sistemas ERP's em relação da rápida informação e automação em diversos setores da economia.

Segundo (MARTINS ET AL 2012), cita-se que a globalização e as mudanças tecnológicas que vem passando pelo mundo inteiro, transformações notáveis em todas as áreas, inclusive na contabilidade, impondo aos profissionais e as empresas a modificarem seus conceitos de comportamento e operação, causando principalmente uma redução de gastos considerável, otimização de fluxos de serviços etc. "As empresas que adotaram a contabilidade informatizada tiveram bons resultados e procuraram cada vez mais melhorar esse processo." OLIVEIRA (2003, p. 17)

E Diante dessas mudanças constantes que a Contabilidade vem sofrendo com o passar do tempo para sempre que possível melhorar os resultados, sabe-se que tem muito

para melhorar e acontecer em relação a tecnologia, mas já se pode dizer que em relação a antes, a contabilidade está avançada demais, ninguém imaginaria que hoje em dia existiriam programas que facilitariam e pulariam uma boa parte do processo. E é muito importante os profissionais da área não pararem de estudar e de atualizar suas informações, afinal o mercado está concorrido e exigente, então quem não acompanhar as tecnologias, vai perdendo espaço e ficando para trás.

3.2 Escrituração Contábil Digital

Como já dito no início, a crescente evolução tecnológica impactou de forma direta na contabilidade, e vem passando por um processo de mudanças na contabilização e escrituração de suas atividades. E com isso, usufruindo do desenvolvimento, o governo com a finalidade de evitar sonegação de impostos, fraudes e certa omissão de informações, desenvolveu o *SPED*.

Deste modo, é fato que o governo deverá obter um controle maior dos recolhimentos efetuados pelas empresas, e estas também poderão se sentir beneficiadas com essa informatização das informações (NASCIMENTO, 2013).

O SPED foi instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, faz parte do *Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010)* e pode-se afirmar que é mais um progresso no processo de facilitar as informações da relação entre o fisco e os contribuintes. Esse sistema foi composto inicialmente por três subprojetos: a nota fiscal eletrônica, a escrituração contábil digital e a escrituração fiscal digital.

Conforme Oliveira (2013), tanto para a empresa como para o contador tem várias obrigações que o *SPED* atribui, a firma passa a precisar de um sistema de gestão adequado no qual possa lançar item a item das suas vendas e das suas compras observando as regras contábeis, contratar colaboradores com conhecimentos básicos de legislação e possibilitar treinamentos, controlar estoques com maior rigor, adequar cadastros de clientes, fornecedores e produtos, entre tantas outras obrigações.

É fato que as empresas ainda estão se adaptando e se adequando ao *SPED* Fiscal e nota-se que há um certo limite nos escritórios, contadores que perceberam o intuito do *SPED*, e a relação de tudo que o *SPED* pode proporcionar na sua rotina contábil.

3.2.1 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

Figura 7 – SPED



Fonte: Cefis, 2017

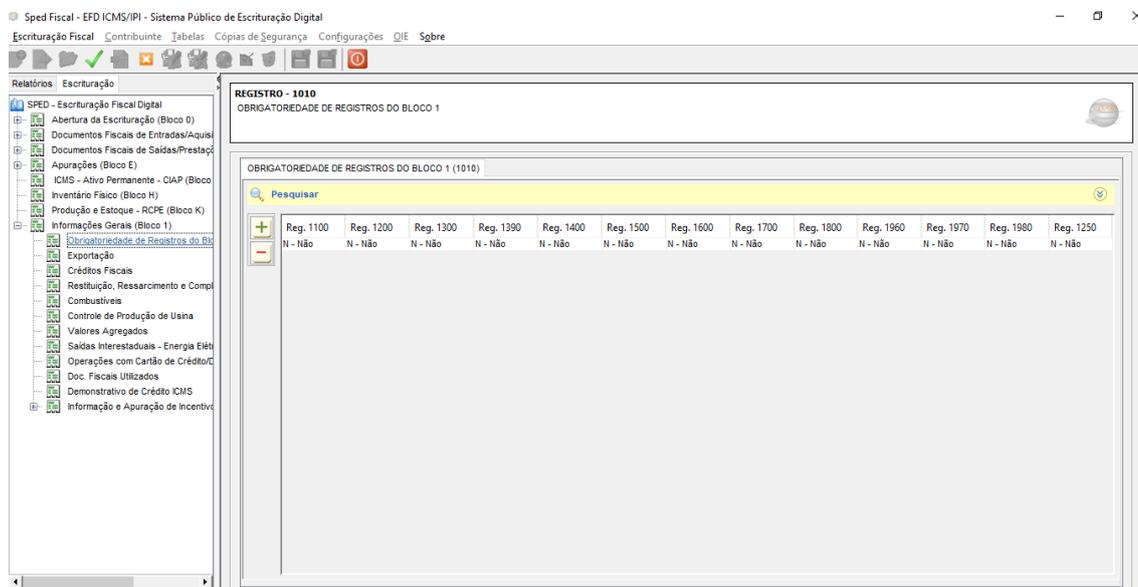
Vale ressaltar a importância e destacar que o *SPED* é um grande projeto do governo, o qual tem dentro de sua área de atuação, vários outros subprojetos, os quais são: *SPED* Fiscal, *SPED* Contábil, *Nota fiscal eletrônica (NF-e)*, *Escrituração Contábil Digital (ECD)*, entre outros. Através da Implementação do *SPED* fiscal em conjunto com o *SPED* contábil, as empresas passaram a não ter obrigação da apresentação da maioria das informações e documentações antes exigidas impressas, o que facilita assim também a fiscalização, recepção e o processamento das informações (OLIVEIRA et al., 2014).

Na modernização da sistemática atual para o cumprimento das obrigações acessórias, integrando as três esferas governamentais, são constituídos pelo SPED. Possui certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo a validade jurídica desses arquivos na sua forma digital (RECEITA FEDERAL, 2015).

As empresas ficam com uma maior exposição com a utilização do SPED, pois o profissional da área fiscal passa a acompanhar em tempo real as transações empresariais, e, gera uma metodização em virtude da integração das informações e dados entre a receita federal e as secretarias de fazenda.

O *SPED* foi desenvolvido com o intuito de uniformizar, padronizar as informações fornecidas pelo contribuinte, portanto o fisco vai facilitar essa ligação entre o trabalho dele e dos contribuintes. E com isso, tem se a ideia e esperança da diminuição da sonegação, já que terá disponível um número maior de informações.

Pode-se dizer que os maiores usuários do *SPED* são os órgãos públicos, cujo proporciona a eles uma enorme confiança, agilidade e a tecnologia nas informações, mas existem outros usuários, de certo o modo, o próprio contribuinte garante benefícios ao longo do tempo, com uma enorme organização de informações, um avanço da tecnologia na empresa e na praticidade na guarda de arquivos.



3.3 SPED FISCAL – ICMS e IPI

Conforme, citado nos parágrafos acima, *SPED* Fiscal, chamado também de *EFD* (*Escrituração Fiscal Digital*), cujo nome é dado ao processo de escrituração digital da Receita Federal. Com o *SPED*, a Receita Federal e os órgãos fazendários estaduais recebem dos contribuintes todas as informações que precisam sobre a apuração de *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)* e *Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)*. Ou seja, é o meio pelo qual as empresas facilitam e simplificam a entrega da documentação necessária para o fisco e consegue a eliminação da necessidade de ter os documentos em papéis, portanto isso garante a fiscalização para o governo e é uma forma de reduzir a burocracia para a entrega desses documentos.

Deste modo, foi usada uma pesquisa como base as informações e dados precisos para esse trabalho, essa pesquisa realizada em Rio Grande do Sul, no município de Guaporé por Taliane Heming Backi, Tadeu Grando, Vanessa de Quadros Martins e Antônio Carlos Brunozi Junior. E de fato essa pesquisa realizada com participação de empresários de diversos ramos, abaixo nos tópicos a seguir.

3.3.1 Obrigatoriedade

O contribuinte que tem a obrigação da entrega da *efd ICMS/IPI* está sujeito a duas multas distintas:

1) uma de competência da Secretaria de Fazenda Estadual da circunscrição do contribuinte. Neste caso, revisar a legislação do *ICMS* do estado de domicílio do estabelecimento.

2) outra de competência da *RFB*, nos seguintes termos:

A Lei nº 13.670, de 30 de maio de 2018, veio dar nova redação aos artigos 11 e 12 da Lei nº 8.218, de 1991, que dispõe sobre a utilização de sistemas de processamento eletrônico de dados para registrar negócios e atividades econômicas ou financeiras, escriturar livros ou elaborar documentos de natureza contábil ou fiscal, e a manter, à disposição da Secretaria da Receita Federal, os respectivos arquivos digitais e sistemas.

De acordo com a nova redação do art. 12 da Lei nº 8.218, de 1991, a inobservância do disposto no artigo precedente acarretará a imposição das seguintes penalidades:

I - Multa equivale a 0,5% (meio por cento) do valor da receita bruta da pessoa jurídica no período a que se refere a escrituração aos que não atenderem aos requisitos para a apresentação dos registros e respectivos arquivos;

II - Multa equivale a 5% (cinco por cento) sobre o valor da operação correspondente, limitada a 1% (um por cento) do valor da receita bruta da pessoa jurídica no período a que se refere a escrituração, aos que omitirem ou prestarem incorretamente as informações referentes aos registros e respectivos arquivos; e

III - Multa equivale a 0,02% (dois centésimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre a receita bruta da pessoa jurídica no período a que se refere a escrituração, limitada a 1% (um por cento) desta, aos que não cumprirem o prazo estabelecido para apresentação dos registros e respectivos arquivos.

Conforme o item 6, "b", do Parecer Normativo Cosit nº 3, de 28 de agosto de 2015, "o aspecto material dos arts. 11 e 12 da Lei nº 8.218, de 1991, é deixar de escriturar livros ou elaborar documentos de natureza contábil ou fiscal quando exigido o sistema de processamento eletrônico, e não mais se encontra limitado pelo art. 57 da MP nº 2.158-35, de 2001, de modo a abarcar, novamente (tal qual antes da Lei nº 12.766, de 2012), a não apresentação de declaração, demonstrativo ou escrituração digital".

Neste mesmo sentido, a partir da vigência da Lei nº 13.670, de 30 de maio de 2018, deve a pessoa jurídica que incorrer nas situações transcritas no art. 12 da Lei nº 8.218, de 1991, no inciso I (entrega de arquivos digital sem observância dos requisitos e especificações estabelecidos), no inciso II (prestação de informações com incorreções ou

omissões) ou no inciso III (apresentação de arquivo fora do prazo estabelecido), sujeitam-se às respectivas penalidades.

Como já dito ainda no Parecer Normativo Cosit nº 3, de 28 de agosto de 2015, a multa prevista no art. 57 da medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, por causa da sua natureza de generalidade, não mais se aplica em relação às infrações em que se tenha lei específica tratando de infrações. Assim, em relação aos arquivos digitais, devem ser aplicadas as multas previstas no art. 12 da Lei nº 8.218, de 1991 e não, as multas do art. 57 da medida Provisória nº 2.158-35, de 2001.

Deverá ser utilizado o Código de Receita: 3630 – Multa por falta ou atraso na entrega da *EFD – ICMS/IPI*.

3.2.2 Forma de Entrega

O *SPED* fiscal é o procedimento, a técnica de escrituração digital da Receita Federal, cujo chama-se também de *EFD (Escrituração Fiscal Digital)*, cujo estabeleça que os contribuintes enviem as informações sobre *ICMS e IPI*. Pode-se dizer em outras palavras, o *SPED* é a digitalização de todas as informações de interesse do fisco com os seus contribuintes.

Ao realizar a entrega da Escrituração Fiscal Digital, a empresa substitui a escrituração e impressão dos seguintes livros:

- I – Livro Registro de Entradas;
- II – Livro Registro de Saídas;
- III – Livro Registro de Inventário;
- IV – Livro Registro de Apuração do *IPI*;
- V – Livro Registro de Apuração do *ICMS*;
- VI – Documento *Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIAP*;
- VII – Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque.

O prazo de entrega é até o dia 15 de cada mês posterior ao mês de apuração e, quando recai em dia não útil, a entrega pode ser prorrogada para o primeiro dia útil seguinte.

Figura 7 - Composição dos Blocos da EFD

Bloco	Descrição
0	Abertura, Identificação e Referências
C	Documentos Fiscais I - Mercadorias (ICMS/IPI)
D	Documentos Fiscais II - Serviços (ICMS)
E	Apuração do ICMS e do IPI
G	Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP modelo C ou D
H	Inventário Físico
K	Controle de Produção e do Estoque
1	Outras Informações
9	Controle e Encerramento do Arquivo Digital

Fonte: Adaptado de Lefisc, 2013.

3.3.3 Retificações e Penalidades

Caso, não tenha a entrega dos arquivos da *EFD* equivale à falta de escrituração fiscal, portanto está sujeito ao contribuinte às penalidades previstas na legislação. O contribuinte ainda está sujeito a duas multas distintas: uma de competência da Secretaria de Fazenda Estadual da circunscrição do contribuinte, e outra de competência da *Receita Federal do Brasil (RFB)*, prevista no Regulamento do *IPI* (RECEITA FEDERAL, 2015).

Pode-se dizer que cada Estado tem sua conduta no que diz respeito as multas aplicadas pelo atraso ou por não entregar o *SPED*. Pela citada, existem duas possibilidades: uma multa de 0,5% sobre o valor da receita bruta da pessoa jurídica no período, uma multa equivalente a 0,2% por dia de atraso, cujo calcula sobre a receita bruta da pessoa jurídica no período, até no máximo de 1% dela, aos que não respeitarem o prazo, e multa de 5% sobre o valor da operação correspondente aos que omitirem ou informarem de maneira incorretas as informações pedidas.

3.3.4 Inventário – Bloco H

São informados os dados do inventário da empresa, devendo ser incorporados no bloco H, junto com a movimentação do segundo período de apuração subsequente ao levantamento do balanço, tudo isso no *SPED*. Em regra, as empresas encerram seu balanço no dia 31 de dezembro, apresentando o inventário na escrituração

de fevereiro e a entrega em março. Entretanto, de acordo com os estados, por meio de legislação específica, podem determinar periodicidade diferente da anual e exigir em outro período (RECEITA FEDERAL, 2015).

Abaixo, na figura 3, está de maneira bem simples e resumida, o período com que as empresas deverão cumprir com a transmissão de seus estoques no Bloco H do *SPED* Fiscal.

Figura 8 - Periodicidade do Inventário

Periodicidades	Obrigados
Mensal	Obrigatório para as empresas com Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE/ Fiscal 4681-8/01 e 4681-8/02; facultativo para as empresas que espontaneamente queiram apresentar seus estoques (transmissão do inventário ao final de cada mês).
Trimestral	Obrigatório para as empresas tributadas com base no Lucro Real Trimestral (transmissão do inventário nos meses de maio, agosto, novembro e fevereiro).
Anual	Obrigatório para todas as demais empresas não citadas anteriormente (transmissão do inventário na competência do mês de fevereiro).
Outros prazos	Mediante exigência legal específica ou determinação dos fiscos.

Fonte: Adaptado de Garcia, 2014.

3.3.5 Controle de Produção e estoque – Bloco K

Em relação ao Bloco K, deve-se a cumprir com a prestação de informações mensalmente do consequentemente consumos e da produção, bem como do estoque escriturado, refere-se aos estabelecimentos industriais pela legislação federal e pelos atacadistas. O Bloco K entrou em vigor na EFD a partir de 2016.

O Objetivo é acabar com a sonegação e com a emissão de notas fiscais com informações incorretas. E para se adequar, adaptar ao Bloco K, é essencial entender os registros do bloco, cujo contém o controle de todas as movimentações de estoque de produtos e mercadorias envolvidas no processo produtivo.

3.3.6 Sistema de Informação Contábil no SPED

Para Nascimento (2013), todas essas áreas devem-se ser coordenadas e interligadas entre si, como os três tipos de contabilidades (Custos, societária e de Tributária) nas informações das empresas e na divisão dos dados. E com os Sistemas de informação devem ter capacidade de incluir todos os dados, informações e os processos de uma organização em um único ambiente, gerando informações corretas e fidedignas para transmitir o *SPED*.

Há quem diga que o contador tem que ser quase completo, entender o um pouco de tudo, e é de extrema importância a atualização e a extensão um pouco mais sobre *TI*,

assim como os profissionais de *TI* necessita saber um pouco de contabilidade, pois a tecnologia e a contabilidade têm que andar lado a lado. (Antônio Carlos Brunozi Junior, 2016).

3.4 Vantagens e Desvantagens

O cálculo de tributos e a legislação tributária, o *SPED* não alterou, entretanto criou uma nova maneira de executar as tarefas para apuração desses tributos, e com isso a nova forma poderá ter vantagens e desvantagens.

E com isso, uma enorme extensão com os benefícios do *SPED*, como na área ambiental, na área tributária, com o combate à sonegação, na área ambiental, com a redução do consumo de papel, na área gerencial, com a melhoria na qualidade da informação.

Poderão ser percebidas em curto ou longo prazo, algumas das vantagens mencionadas pela Receita Federal que são para o fisco e o contribuinte.

Figura 9 - Benefícios do *SPED*

Nº	Benefícios do <i>SPED</i>
1	Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel.
2	Eliminação do papel.
3	Redução de custos com a racionalização e a simplificação das obrigações acessórias.
4	Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas.
5	Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas.
6	Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte.
7	Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação).
8	Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias.
9	Rapidez no acesso às informações.
10	Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos.
11	Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um <i>layout</i> padrão.
12	Redução de custos administrativos.
13	Melhoria da qualidade da informação.
14	Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais.
15	Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes.
16	Redução do "Custo Brasil".
17	Aperfeiçoamento do combate à sonegação.
18	Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

Fonte: Adaptado de Receita Federal, 2015.

No ano de 2012, no Brasil, 90% das empresas ainda não se apresentavam e se encontravam preparadas para lidar com o *SPED* Fiscal e com o cumprimento de forma correta das obrigações acessórias por meio digital. E esse fato, é levado em consideração, porque as organizações ainda precisam realizar diversos ajustes internos, como: capacitação de mão de obra e investimentos em *TI* (Gegers,2012).

Pode-se perceber que mesmo nos dias de hoje, muitas empresas ainda sentem dificuldades, e não se encontram ainda preparadas para lidar com o *SPED* Fiscal, e é notável a quantidade informações encontradas que mostram os benefícios, as vantagens e a facilidade. Já no ano de 2012, tudo que é novo, assusta e muitas empresas tinham um certo receio de se arriscar.

Para Nascimento (2013), não é só de vantagens que vive o sistema, o *SPED* também poderá ocasionar desvantagens nas empresas, conforme a figura 5. A referida autora considera que as desvantagens podem se transformar, a longo prazo, vantagens, como o alto investimento em infraestrutura, inicialmente ocasionando um alto custo para a empresa, mas tornando-se um investimento em longo prazo e podendo gerar benefícios futuros.

No *SPED* Fiscal é maior a exposição de informações e dados contábeis das empresas, ou seja, o fisco poderá ter de forma mais complexa todos os dados, o que poderá levar a empresa a um número maior de autuações.

Figura 10 - Desvantagens, riscos e vulnerabilidades do *SPED*

Tipos	Descrições
Desvantagens	Alto investimento em tecnologia (infraestrutura, adequações e treinamento).
	Reestruturação Organizacional.
	Treinamento técnico especializado em aspectos contábeis e tributários.
	Submissão total aos <i>layouts</i> impostos pelo fisco.
Riscos e Vulnerabilidades	Envio de informações incorretas, se cruzadas entre as diversas áreas.
	Não conhecer os reais objetivos do fisco.
	Mais autuações - mediante o cruzamento <i>on-line</i> de todos os dados pelo fisco.

Fonte: Adaptado de Nascimento (2013).

Todas as empresas correm riscos, de certa maneira é inevitável, portanto, é de extrema importância a necessidade de maior organização do setor administrativo, maior controle e da contabilidade das empresas.

3.5 Estudos Anteriores

De acordo com (Faria et al. 2010) foi realizado um estudo a fim de verificar a percepção dos contribuintes em relação aos impactos da adoção do *SPED*. Os dados foram coletados em empresas que já estiveram envolvidas em pelo menos um dos grandes subprojetos do *SPED* no estado de São Paulo. Nos procedimentos metodológicos, no tratamento dos dados, foi aplicada a estatística bivariada, com os coeficientes de correlação de Phi e V, de Cramer. E em relação aos resultados demonstraram que os participantes não alcançaram resultados satisfatórios com relação ao *SPED*, mas muitos possuem a perspectiva de que terão benefícios no futuro, principalmente com relação à diminuição dos custos operacionais e diminuição de riscos com fraudes.

(Eckert et al. 2011) projetaram analisar as principais vantagens e as desvantagens que uma grande empresa industrial terá com a implantação do *SPED*. Os métodos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso da empresa Beta (nome fictício), cuja atividade é a fabricação de sistemas de suspensões. A principal desvantagem encontrada na empresa é o curto período para analisar a grande quantidade de informações que o *SPED* possui, e a principal vantagem é a redução nos custos de impressão e o ganho no controle de suas operações. Já visando as vantagens, os resultados mostraram que a empresa ganhou em tempo e em aspectos financeiros com sua implantação, porém é notável que quem mais ganhou com tudo isso foi o fisco. Portanto, conclui-se a pesquisa que houve aumento dos recursos aplicados e não percebe a redução nos custos administrativos após o *SPED*. Todavia, os principais benefícios percebidos na prática foram: maior controle interno, melhorias gerenciais, reduções de custos e no tempo da escrituração.

3.6 Resultados

Vale ressaltar que, ainda que todos os participantes estivessem centrados no mesmo tema e respondessem às mesmas perguntas solicitadas cada um manteve-se a sua perspectiva acerca da temática, trazendo, com isso, riqueza ao estudo.

Os Participantes são nomeados com as siglas: EMPRESA 1, EMPRESA 2, EMPRESA 3, EMPRESA 4, EMPRESA 5, EMPRESA 6, EMPRESA 7 e EMPRESA 8. Contudo, o questionário aplicado na entrevista foi separado em três blocos, com o Bloco 1, das características das empresas, apresentados os seus resultados no Quadro 8.

Em relação ao tempo, cujo as empresas estão obrigadas ao *SPED* fiscal, do total da amostra, 12,5% iniciaram em 2009, conforme a primeira listagem de obrigados do

SPED fiscal no Brasil. Nos anos de 2013 e 2014, 25% dos respondentes iniciaram cada ano respectivamente e, em 2012, entre os pesquisados, 37,5% iniciaram o envio da declaração, sendo notável que a obrigatoriedade do *SPED* fiscal foi gradativa.

Uma parcela maior das empresas participantes da pesquisa é de médio porte, sendo 75% da amostra total. Como citado na imagem abaixo, os segmentos das empresas pesquisadas são variados, sendo seis setores distintos, os únicos que se repetem são os segmentos de confecções e metalmeccânico, com duas empresas pesquisadas cada.

Pode-se afirmar que das empresas citadas na pesquisa, 50%, pelo lucro presumido; 50% estão no regime de tributação pelo lucro real, sendo essas duas opções de regime obrigadas à entrega do *SPED* fiscal. Em última característica das empresas, questionou-se sobre a contabilidade das empresas ser interna ou externa. Da amostra total, 62,5% têm contabilidade externa; e 37,5%, contabilidade interna.

Figura 11 - Características das Empresas Pesquisadas

	QUESTÃO 1	QUESTÃO 2	QUESTÃO 3	QUESTÃO 4	QUESTÃO 5
EMPRESA 1	Grande Porte	CONFECÇÃO	2013	L. PRESUMIDO	EXTERNA
EMPRESA 2	Médio Porte	CONFECÇÃO	2012	L. REAL	EXTERNA
EMPRESA 3	Médio Porte	METAL-MECÂNICO	2012	L. PRESUMIDO	EXTERNA
EMPRESA 4	Médio Porte	PROD. HIG. LIMP.	2013	L. REAL	EXTERNA
EMPRESA 5	Grande Porte	METAL-MECÂNICO	2009	L. REAL	INTERNA
EMPRESA 6	Médio Porte	PLÁSTICOS	2012	L. REAL	INTERNA
EMPRESA 7	Médio Porte	JOIAS	2014	L. PRESUMIDO	INTERNA
EMPRESA 8	Médio Porte	MÁQUINAS E EQUIP.	2014	L. PRESUMIDO	EXTERNA

Fonte: Taliane Heming Backi, Tadeu Grando, Vanessa de Quadros Martins e Antônio Carlos Brunozi Junior.

3.7 Análise Detalhada - Vantagens

Como citado na tabela abaixo, é visto que 75% dos entrevistados consideram os prazos e datas do *SPED* suficiente para analisar os dados, gerar, transmitir os arquivos. O principal destaque citado pela maior parte das empresas foi a organização que o *SPED* proporcionou a elas, pelo motivo da contabilidade da empresa e os dados do *SPED* já estarem prontos logo no início do mês, ou seja, torna-se o processo e trabalho fácil, eficaz e rápido.

Já 87,5% das respondentes afirmam-se que o *SPED* trouxe diversos benefícios gerenciais, com destaque nas áreas de faturamento, custos e almoxarifado, cujo auxilia-

se nas emissões das notas fiscais de maneira certa, controlando o estoque e a organiza o *CPV (Custo do produto vendido)*. Inclusive, um dado a ser destacado é que nessa mesma porcentagem consideraram essa aplicação de recursos, nesse caso, um investimento para a empresa.

Para o *CFC* – (2011) “certamente, projetos como esse promoverão mudanças no paradigma de relacionamento fisco-contribuinte numa parceria de interesses para a sociedade.”

A Facilidade de fiscalização e a transparência nas informações vieram juntos com o *SPED* fiscal, e de acordo com o mesmo 87% da pesquisa, isso não diminuiu a concorrência não leal. Já que muitos participantes relatam que isso só irá mudar quando as o *SPED* for para todos os regimes de tributação, isto significa, quando as empresas tributadas pelo Simples Nacional estiverem obrigadas ao *SPED* fiscal.

Em uma das diversas melhorias citadas pelas empresas, foi a qualidade das informações nos processos internos, visto que 100% dos participantes concordaram que esse foi um ponto positivo do *SPED*. Já que com a maior exposição e fiscalização junto ao fisco, fizeram com que as empresas organizassem seus processos e melhorassem as informações perante os órgãos, cujo antes chegava com bastante erro ou faltando informações importantes. Entretanto, dos diversos benefícios que a Receita Federal destacou que ocorreria com o *SPED*, 62,5% dos participantes disseram que não perceberam a redução de custos com a emissão e armazenamento de papel, cujo comentaram que a principal redução foi com a emissão dos livros fiscais.

Visando isso, outro tópico que os participantes não perceberam foi a redução de custos administrativos, 100% da amostra não concorda com esse benefício mencionado pela Receita Federal. A simplificação das obrigações acessórias, segundo 87,5% dos pesquisados, também não ocorreu. Esse resultado se confirma no estudo anterior realizado por Faria et al. (2010), segundo o qual a diminuição das obrigações acessórias teve alto impacto somente em 23,1% da amostra.

Portanto, diante desse questionário, nota-se certas vantagens que o *SPED* deveria proporcionar e que de fato não ocorreu. Todavia, muitas aconteceram e se tornaram de extrema importância para os profissionais e principalmente para a empresa, como a facilidade na ajuda para fins gerencias e a qualidade das informações nos processos internos, organizando e ajudando na tomada de decisões das empresas, as empresas participantes entendem que o *SPED* teve mais pontos positivos do que negativos, já que 75% se mostraram satisfeitas com o resultado posterior da implantação. Dessa forma, as

empresas precisaram se dedicar a aplicar maiores recursos com o *SPED*, mas são considerados investimentos nas empresas, visto que a longo prazo, darão um retorno.

Figura 12 - Vantagens do *SPED* Fiscal conforme literatura

Perguntas do Questionário	Sim	Não
1) Você considera o prazo do SPED fiscal (dia 15 do mês subsequente) suficiente para gerar, analisar e transmitir o arquivo?	75,00%	25,00%
2) Com a chegada do SPED fiscal, a empresa teve que aplicar maiores recursos na área fiscal e contábil (Investimento)?	87,50%	12,50%
3) O SPED Fiscal proporcionou uma maior ajuda para fins gerenciais?	87,50%	12,50%
4) Em decorrência da transparência e maior facilidade na fiscalização por parte do fisco, você acha que o SPED reduz a concorrência desleal?	12,50%	87,50%
5) Houve aumento na qualidade das informações ou dos processos internos por conta da maior exposição trazida pelo SPED?	100,00%	0,00%
6.1) Ocorreu redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel?	37,50%	62,50%
6.2) Ocorreu melhoria na qualidade da informação?	100,00%	0,00%
6.3) Ocorreu redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias?	12,50%	87,50%
6.4) Ocorreu uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas?	62,50%	37,50%
6.5) Ocorreu redução de custos administrativos?	0,00%	100,00%
7) Para a sua empresa, houve mais pontos positivos com o SPED?	75,00%	25,00%
8) Com o advento do SPED, houve um aumento na eficiência operacional (resultado financeiro) da empresa?	25,00%	75,00%
Média Total	56,25%	43,75%

Fonte: Taliane Heming Backi, Tadeu Grando, Vanessa de Quadros Martins e Antônio Carlos Brunozi Junior.

3.7.1 Desvantagens

Com a chegada do *SPED*, afirma-se que 75% das empresas na pesquisa sofreram dificuldades, não só com a falta de profissionais qualificados para ensinar, quanto a falta de treinamento eficiente preparados e disponíveis. Além de que os sistemas não estavam completamente preparados ou estavam parcialmente, já que entregavam o layout atualizado para o *SPED* próximo ao prazo da entrega, o que torna difícil a geração e a verificação dos dados de forma antecipada. É visto na pesquisa que cerca de 75% dos respondentes não necessitaram ampliar o quadro de funcionários com a implantação do *SPED* fiscal, pelo motivo de terem conseguido se adequar com a própria mão de obra interna.

Cita-se em relação aos funcionários da área contábil e fiscal da empresa, foi colocado em pauta se houve a necessidade de aumentar as despesas salariais nos setores citados, e de acordo com 62,5% não aumentaram as despesas. E segundo as pesquisas, as empresas que necessitaram aumentar as despesas são as que realizaram novas contratações.

De acordo com 87,5% das pesquisas, houve um aumento significativo dos gastos com TI das empresas, já que foram adquiridos novos treinamentos de sistema, novos módulos, novos métodos e até mesmo novos sistemas de gestão. Foram constatados pelas empresas que os técnicos de sistemas tiveram que ficar mais tempo no dia-dia das empresas, treinando, auxiliando, ensinando e tirando possíveis dúvidas, assim a empresa acabava gastando mais com o *ERP* – Sistema de Gestão Empresarial.

Portanto, sobre as desvantagens, destacam-se as dificuldades que muitas empresas precisaram enfrentar na chegada e implantação do *SPED*. E com isso, no intuito de se adaptar, muitas empresas dependeram de treinamentos para funcionários e um certo auxílio maior dos técnicos da *TI* e dos contadores. E a partir disso outra desvantagem foi percebida, os gastos com *TI*, que teve um aumento em razão do número enorme de informações que o *SPED* fiscal exige que os programas possuam.

Figura 14 - Desvantagens do *SPED* Fiscal conforme literatura.

Perguntas do Questionário	Sim	Não
1) Houve dificuldades para a implantação do <i>SPED</i> Fiscal?	75,00%	25,00%
2) Foi necessário aumentar o quadro de funcionários dos setores fiscal e contábil em função do <i>SPED</i> fiscal?	25,00%	75,00%
3) Com o início do <i>SPED</i> fiscal, houve algum aumento com as despesas salariais dos setores fiscal e contábil?	37,50%	62,50%
4) Houve aumento nos gastos com TI?	87,50%	12,50%
Média Total	56,25%	43,75%

Fonte: Taliane Heming Backi, Tadeu Grando, Vanessa de Quadros Martins e Antônio Carlos Brunozi Junior.

3.8 ECD – Escrituração Contábil Digital

A *Escrituração Contábil Digital (ECD)* tem o objetivo de substituir a escrituração e transmissão antes feita em papel impresso, por arquivos digitais. De acordo com a Instrução Normativa *RFB* N° 1420, de 19 de dezembro de 2013 em seu artigo 2° a *ECD* corresponderá às versões digitais dos seguintes livros:

I – Livro Diário e seus auxiliares se houver;

II- Livro Razão e seus auxiliares se houver

III- Livro Balancetes Diários Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos; (BRASIL, 2015).

A *ECD* deverá estar com registro na junta comercial do estado, por meio do arquivo validador em um programa próprio. Deve-se possuir a assinatura digital do representante da empresa na Receita Federal e do contabilista responsável (MANOEL et al., 2011).

Além de modificar os principais livros, a *ECD* também planeja substituir obrigações acessórias. Assim, a *ECD* é um arquivo texto que em conjunto com a *EFD* (*Escrituração Fiscal Digital*), objetiva substituir a escrituração contábil física e as obrigações acessórias, as quais são: *DIPJ*, *DIRF*, *DCTF*, *DACON* (MANOEL, et al., 2011).

A *ECD* é constituída por termo de abertura e encerramento, livro razão, livro diário, balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e os demais itens que sejam obrigatórias para a empresa. Além do mais, programa validador utilizado atualmente é o *PVA (Programa Validador Assinador)* que fica disponível no site da receita federal para fins de validação dos arquivos gerados, bem como assinatura digital e transmissão para o *SPED* (BRASIL, 2012).

Pode-se dizer que nesse contexto, A *ECD* tinha o objetivo de deixar fácil o processo de escrituração contábil, bem como tornar as informações mais seguras. De começo a obrigatoriedade da entrega da *ECD* eram para empresas sujeitas a tributação pelo lucro real, porém a Instrução Normativa *RBF* n° 1.420, de 19 de dezembro de 2013 estabeleceu novas regras sobre a *ECD*. Em seu artigo 3° a Instrução Normativa versa que ficam obrigadas a adotar a *ECD*, nos termos do art. 2° do Decreto n° 6.022 de 2007, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1° de janeiro de 2014 as seguintes empresas:

I- As pessoas jurídicas estão sujeitas à tributação do imposto sobre a Renda com base no lucro real;

II- As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, que distribuírem, a título de lucros, sem incidência do *Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF)*, dos lucros ou dividendos superiores ao valor da base de cálculo do imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições que estiver sujeita; e

III- As pessoas jurídicas imunes e isentas;

Portanto, estão enquadradas se em empresas jurídicas que estão imunes e as instituições de educação e assistência social, sindicatos de trabalhadores, igrejas e aos partidos políticos. As empresas jurídicas classificadas como isentas são as instituições culturais, científicas, filantrópicas e entidades abertas de previdência complementar sem fins lucrativos.

3.9 ERP - Enterprise Resource Planning

Foram desenvolvidos diversos modelos de software com o intuito de reforçar os processos multifuncionais ao longo dos anos 90, e com isso, uma delas foi o *ERP (Enterprise Resource Planning)* - Planejamento de Recursos Empresariais, cujo foi um produto de destaque que apresentou e veio com uma proposta de gestão integrada de atividades organizacionais, adotada e tratada no Brasil como SIGE (Sistemas Integrados de Gestão Empresarial).

(Saccol et al. 2002, apud Possebon e Periotto, 2010), enfatizam que o *ERP* atua na eficácia e a eficiência da empresa ao “ajudar no processo e o conteúdo das decisões, apoiando reuniões e discussões internas, possibilitando melhor coordenação entre as áreas funcionais, contribuindo nas avaliações anuais do orçamento e no planejamento estratégico”.

De acordo com Padoveze (2014), Os *SIGE*, utilizam a *TI* para relacionar todos os subsistemas dos sistemas operacionais e dos sistemas de apoio à gestão, cujo possibilita o uso das informações num fluxo dinâmico que expande todos os departamentos e funções da organização num sistema integrado de informática, chegando assim no principal objetivo de um *ERP*, atendendo a todas as necessidades da empresa.

Laudon e Laudon (2011) reiteram que os sistemas integrados vinculam os processos de negócio, e estão armazenando as informações que antes estavam em divisão entre diferentes sistemas num único sistema de software que contém todos estes dados e informações, cujo pode ser utilizado por diferentes partes da organização.

Afirmam, que a utilização do *ERP* otimiza o tempo empregado na realização de tarefas rotineiras, pois os dados só precisam ser digitados uma vez, o que garante a integridade da informação e proporciona maior tempo para analisar as informações, devido à agilidade proporcionada no processamento e recolhimento dos dados (Granlund e Malmi, 2002 apud Alves e Matos, 2017).

Figura 15 – ERP



Fonte : Omie, 2021

3.10 NF – e (Nota Fiscal Eletrônica)

É um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar, para fins fiscais, uma operação de circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços, ocorrida entre as partes, chamado de Nota Fiscal Eletrônica. E sua validade jurídica é garantida pela assinatura digital do remetente (garantia de autoria e de integridade) e pela recepção, pelo Fisco, do documento eletrônico, antes da ocorrência do Fato Gerador. (Portal da NFE, 2011).

Pode-se que a *Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)* tem o intuito de implantar documentos fiscais eletrônicos num modelo unificado nacionalmente. E com isso, entra no lugar do assim o antigo método das notas de papel. É desenvolvido em parceria com a Receita Federal e administrado pelo *ENCAT*.

3.10.1 Obrigações

A partir de 01/04/2011, em Santa Catarina, contribuintes que realizem operações para a Administração Pública direta ou indireta, seja da União, Estados, Distrito Federal e municípios, ficam obrigados a emitir *NF-e* conforme determina a cláusula segunda do Protocolo *ICMS 42*, de 03 de julho de 2009. (SEF-SC, 2011).

Foram disponibilizados pelo Estado uma lista com o *Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE)* que se deve emitir *NF-e* dentro do período estabelecido a obrigatoriedade, e para se ter uma noção, até o ano de 2010 cerca de 1 milhão de empresas precisaram começar a emitir nota fiscal eletrônica, segundo a Secretaria da Fazenda.

A Nota Fiscal Eletrônica (*NF-e*) cita-se que é uma realidade e progressivamente vem ocupando o espaço nas transações fiscais e comerciais, na medida em que mais contribuintes são envolvidos e exigidos a adotar o padrão eletrônico.

Desta maneira, surgem as mudanças de certo significado no processo de emissão e gestão das informações fiscais. E nesse ambiente, além de certos benefícios persistem importantes obrigações fiscais acessórias impostas aos contribuintes.

Mantém-se a obrigação de gerar os respectivos arquivos e transmiti-los ao *Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços - SINTEGRA*, bem como encaminhar a *Guia de Informação e Apuração do ICMS – GIA*, os livros fiscais e outras obrigações acessórias às quais os contribuintes já estão sujeitos atualmente, com exceção da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais - AIDF para a emissão de Nota Fiscal Eletrônica.

Entre as diversas obrigações, o contribuinte ainda necessita tomar cuidado com a validação e armazenamento das *NF-e*. No tocante à autenticação, o destinatário precisa verificar a validade e autenticidade do documento eletrônico e a respectiva autorização de uso.

Caso o destinatário não seja contribuinte credenciado para a emissão de *NF-e*, necessita manter em arquivo o documento auxiliar (*Danfe*) da operação. Sendo a empresa destinatária emitente de *NF-e*, esta pode armazenar apenas o arquivo digital recebido.

É de pelo menos cinco anos, o prazo de arquivamento. Deste modo, é altamente recomendável realizar backup externo, além de arquivar, quando obrigatório, a *Danfe* em local adequado e seguro.

A Nota Fiscal Eletrônica é o arquivo *XML*, assinado digitalmente e anexado com a sua respectiva autorização de uso. Deve-se reforçar que esses elementos são os que devem ser armazenados, no mesmo formato que foi transmitido e autorizado. A manutenção das informações em banco de dados é decisão do contribuinte, porém isto não substitui a obrigação da guarda do *XML* da *NF-e*.

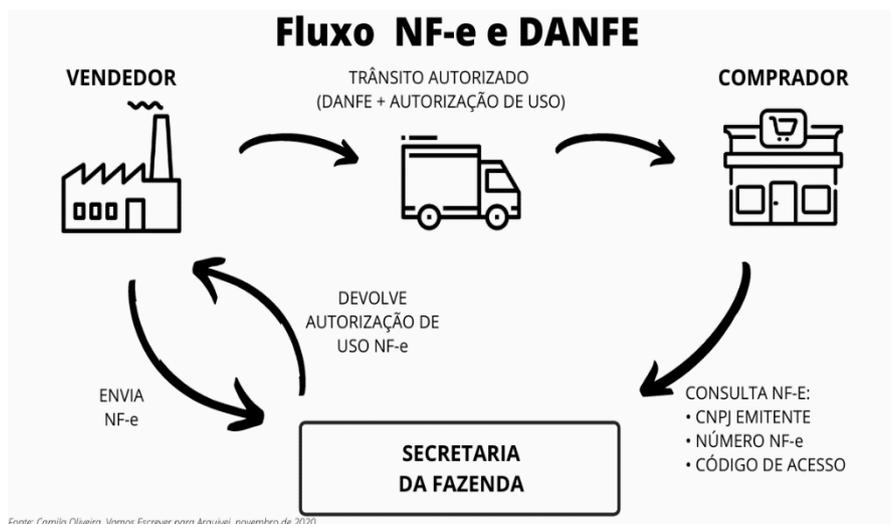
É de extrema importância enfatizar que a responsabilidade pela guarda dos arquivos é exclusivamente do contribuinte. Assim, na eventualidade de perdas não haverá a recuperação dos dados por parte da respectiva *Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ)* ou da Receita Federal do Brasil.

Portanto, a correta observação e o cumprimento dessas obrigações são fundamentais para que o contribuinte não venha a ser questionado futuramente pelas autoridades fiscais.

3.10.2 Procedimentos para a Emissão de NFE

Para emitir a *NF-e* as empresas precisam estar credenciadas, e caso ainda não esteja credenciada, deve-se entrar em contato com a Secretaria da Fazenda, e solicitar o credenciamento como emissoras de *NF-e*. Deverá possuir a certificação digital, contendo o *CNPJ* da Empresa e utilizar o Emissor da *NF-e* disponibilizado de forma gratuita pelo Estado ou adaptar seu sistema de faturamento para emitir a *NF-e*.

Figura 16 – Fluxo da NF-e e Danfe



Fonte : Camila Oliveira, 2020

A Secretaria de Estado vai analisar certos documentos principais, como o credenciamento do emitente para a emissão de *NF-e*, a regularidade fiscal do contribuinte, assinatura do arquivo digital da *NF-e* e a autoria, a observância do layout do arquivo estabelecido pelo Ato COTEPE 72/2005. O arquivo só poderá ser utilizado como documento fiscal, citado na cláusula quarta, após ser transmitido de maneira eletrônica à administração tributária, nos termos da cláusula quinta, e após ter o uso autorizado por meio da Autorização de Uso da *NF-e*, seguindo os termos da cláusula sexta, tudo isso de acordo com o ajuste SINIEF 07/05.

Figura 17 - Guia Rápido sobre Notas Fiscais



Fonte : Gyramais, 2020

Portanto, *NF-e* é um arquivo digital, e dessa forma desenvolveram o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), ou seja, que tem o dever de acompanhar a mercadoria durante o seu transporte, e com isso segue a missão de fornecer informações básicas necessárias sobre a operação que está em andamento.

3.10.3 Vantagens da NF-e

Foram proporcionados diversos benefícios a todos envolvidos uma transação comercial, pela Nota Fiscal. Para os emitentes da Nota Fiscal Eletrônica (vendedores) pode-se citar alguns benefícios:

- Diminuição de custos de armazenagem de documentos fiscais. Nos dias de hoje os documentos fiscais em papel devem ser guardados pelos contribuintes, para apresentação ao fisco pelo prazo decadencial. Ao emitir os documentos apenas eletronicamente a guarda do documento eletrônico continua sob responsabilidade do contribuinte, mas o custo do arquivamento digital é muito menor do que o custo do arquivamento físico;

- Diminuição de custos de impressão do documento fiscal, uma vez que o documento é emitido eletronicamente. O modelo da *NF-e* contempla a impressão de um documento em papel, chamado de Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), cujo tem função é acompanhar o trânsito das mercadorias ou facilitar a consulta da respectiva NF-e na internet. [...]

- Intuito de simplificar as obrigações acessórias. Inicialmente a *NF-e* prevê dispensa de *Autorização de Impressão de Documentos Fiscais - AIDF*. Visando o futuro, outras obrigações acessórias poderão ser simplificadas ou eliminadas com a adoção da *NF-e*;

- *GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos*: a *NF-e* é um documento eletrônico e não requer a digitalização do original em papel, cujo tem a permissão da otimização dos processos de organização, guarda e gerenciamento de documentos eletrônicos, facilitando a recuperação e intercâmbio das informações;

- Diminuição de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira. Com a *NF-e*, os processos de fiscalização realizados nos postos fiscais de fiscalização de mercadorias em trânsito serão de forma simples, reduzindo o tempo de parada dos veículos de cargas nestas unidades de fiscalização [...] (Portal SPED, 2011).

E com isso, para as empresas destinatárias de Notas Fiscais (compradoras):

- Planejamento de logística de recepção de mercadorias pelo conhecimento antecipado da informação da *NF-e*, pois a previsibilidade das mercadorias a caminho permitirá prévia conferência da Nota Fiscal com o pedido, quantidade e preço, permitindo, além de outros benefícios, o uso racional de docas e áreas de estacionamento para caminhões;

- Eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias, uma vez que poderá adaptar seus sistemas para extrair as informações, já digitais, do documento eletrônico recebido. Isso pode representar redução de custos de mão-de-obra para efetuar a digitação, bem como a redução de possíveis erros de digitação de informações;

- Diminuição de erros de escrituração devido à eliminação de erros de digitação de notas fiscais [...] (Portal SPED, 2011)

Para o Fisco, aumenta a confiabilidade da nota fiscal, melhorando o processo de controle fiscal e compartilhamento de informações entre os fiscos; diminuição da sonegação e aumento da arrecadação sem aumentar a carga tributária. E já para os contadores deve facilitar e simplificar a escrituração fiscal e contábil, gerando mais oportunidades de serviços e consultoria ligados à *NF-e*. (Receita Federal, 2011).

3.10.4 Mudanças que vieram com a NFE-e

Nos dias de hoje a legislação emitiu uma permissão que a *NF-e* substitua apenas a chamada fiscal modelo 1/1 A, cujo que é utilizada, em regra, com o intuito de documentar as transações comerciais com mercadorias entre pessoas jurídicas.

Entretanto, isso não se destina em substituir os outros modelos de documentos fiscais existentes na legislação, por exemplo, a Nota Fiscal a Consumidor (Modelo 2), ou o Cupom Fiscal. Portanto, os documentos que não tiveram substituição pela *NF-e* devem-se continuar a ser emitidos de acordo com a lei em vigor.

(A)		C = (A)		(E)		F=(C*E%)	
Valor Serviço		Base de Cálculo		Aliq. (%):		Valor ISS	
100,00		100,00		2,00		2,00	
Impostos Adicionais (Os valores informados são de responsabilidade do emissor):							(A)
IR (R\$):		Cofins (R\$):		CSLL (R\$):		Valor Total da Nota	
INSS (R\$):		Pis/Pasep (R\$):		Outros (R\$):		100,00	

Verifique a autenticidade desta nota no site <http://nfe.osasco.sp.gov.br> através do código: **AYKSAPNK**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:
Nota fiscal emitida em:
ISS Devido pelo Prestador do Serviço



Prefeitura do Município de Osasco
Secretaria de Finanças

Nota Fiscal Eletrônica de Serviços Prestados - NF-e

Série:

PRESTADOR DE SERVIÇOS



Razão Social/Nome: **Prestador para Testes de NF-E**
CNPJ/CPF: Inscrição Municipal: **9999149999**
Endereço:
Município: UF:
Fone:

TOMADOR DO SERVIÇO

Razão Social/Nome: **Tomador para Testes de NF-E**
CNPJ/CPF: **66.907.444/1306-70** Inscrição Municipal:
Endereço: **Av. Logradouro Teste, 200 - Teste - 06018-200**
Município: **São Paulo** UF: **SP**

ATIVIDADE: 1.06 - Assessoria e consultoria em informática

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E OUTRAS INFORMAÇÕES:
Teste para geração de modelo de NF-e

MODELO

Figura 18 - Nota Fiscal de Entrada

Recebemos de (razão social do emitente) os produtos e/ou serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica ao lado.		NF-e											
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		Nº 000.000.509 SÉRIE: 1										
XP Indústria de Computadores Ltda. Rua Birigui, nº 500 Distrito Industrial Campinas - SP 13.013-000 11-1111-1111		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA 1 Nº 000.000.509 SÉRIE 1 Página 1 de 1											
		 CHAVE DE ACESSO XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - XX/XX/XXX											
NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de produção do estabelecimento													
INSCRIÇÃO ESTADUAL 444.444.444.444		INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 33.333.333/0001-33										
DESTINATÁRIO / REMETENTE													
NOME / RAZÃO SOCIAL Vivax Indústria e Comércio de Eletrônicos Ltda.		CNPJ / CPF 12.123.123/0001-30	DATA DA EMISSÃO 15/02/20X1										
ENDEREÇO Alameda Vivax, nº 123		BAIRRO / DISTRITO Distrito Industrial	CEP 13.123-456										
MUNICÍPIO Campinas	FONE / FAX 19-1234.1234	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL 123.123.123.123										
FATURA / DUPLICADA													
28 dias após a data de faturamento.													
CALCULO DO IMPOSTO													
B. DE CÁLCULO DO ICMS 22.360,00	VALOR DO ICMS 4.024,80	BASE DE CÁLCULO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO										
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 22.360,00													
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS										
VALOR TOTAL DO IPI 3.354,00		VALOR TOTAL DA NF 25.714,00											
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS													
NOME / RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 0 - Emitente 1 - Destinatário	CÓDIGO ANTT										
ENDEREÇO		MUNICÍPIO	UF										
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO										
PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO											
DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS													
CÓD. PROD.	RIÇÃO DOS PROD./SERV.	NCM/SH	CST	CFOP	UN	QUANT.	VL. UNITÁRIO	VALOR TOTAL	V. CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI
WPTHOUSE	Mouse	8471.60.53	000	5101	PÇ	520	43,00	22.360,00	22.360,00	4.024,80	3.354,00	18	15
DADOS ADICIONAIS				RESERVADO AO FISCO									
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES A mercadoria será entregue no estabelecimento filial, situado na Avenida Prestes Maia, nº 500 no Município de São Paulo - IE: 111.111.111.111 - CNPJ: 11.222.333/4444-55. - Emitida nos termos do artigo 125, § 4º do RICMS/SP-2000.													

Fonte: Valor Consulting 2021⁷

⁷ Disponível em <https://www.valor.srv.br/artigo.php?id=24&titulo=venda-de-mercadoria-para-matriz-com-entrega-em-filial-dentro-do-estado-emissao-nota-fiscal-sp>

4. Discussão e Resultados

Neste trabalho foram analisados diversos aspectos referentes a tecnologia de informação, e a implantação de novos softwares nos escritórios contábeis, e juntamente com uma pesquisa feita em Rio Grande do Sul, foi feita uma análise com vantagens e desvantagens, junto com a importância do crescimento da tecnologia.

O SPED foi inaugurado, em 22 de janeiro de 2007, faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, e é mais um avanço na informatização da relação entre os contribuintes e o fisco. De maneira inicial, este projeto foi formado por três subprojetos: a nota fiscal eletrônica, a escrituração contábil digital e a escrituração fiscal digital.

De acordo com a pesquisa realizada utilizada como base para este trabalho, cujo dados haviam sido analisados em tabelas de Excel, calculados percentuais de respostas e médias. Em seguida, foi realizada a correlação das características das empresas, das vantagens e das desvantagens do SPED fiscal.

E quanto ao tempo em que as empresas estão obrigadas ao SPED fiscal, do total da amostra, a pesquisa cita que 12,5% iniciaram em 2009, conforme a primeira listagem de obrigados do SPED fiscal no Brasil. Nos anos de 2013 e 2014, 25% dos respondentes iniciaram cada ano respectivamente e, em 2012, entre os pesquisados, 37,5% iniciaram o envio da declaração, sendo perceptível que a obrigatoriedade do SPED fiscal foi gradativa.

Continuando com a pesquisa, 75% dos entrevistados consideram os prazos do SPED fiscal suficientes para gerar, analisar os dados e transmitir o arquivo. O motivo destacado pela maioria das empresas foi a organização que o SPED trouxe para elas, de modo que os dados para o SPED e a própria contabilidade da empresa sempre estão prontos nos primeiros dias do mês, tornando o processo ágil e eficaz, e se o SPED fiscal tivesse um prazo maior, as empresas ficariam naquele estilo brasileiro, ou seja, iriam deixar de última hora, não iam se importar na organização e agilidade dos processos.

E outro ponto a ser levantado, é a necessidade das empresas aplicarem maiores recursos nas áreas fiscais e contábil, e de acordo com a pesquisa 87,5% dos entrevistados responderam que sim, nesse caso, um investimento para empresa. E mais uma das vantagens que a maioria das empresas viram com a implantação do SPED fiscal foi a ajuda para fins gerencias, e de acordo com 87,5% dos entrevistados afirmaram que sim, o SPED trouxe diversos benefícios gerencias, como na área de custos, faturamento e almoxarifado, cujo auxilia na forma correta das emissões de notas, controla o estoque e organizado o custo do produto vendido. E junto com o SPED veio uma maior transparência e facilidade de fiscalização para as empresas diante o fisco, e de acordo com 87,5% dos participantes, a transparência não ajudou na redução da concorrência desleal, já que na pesquisa foi mencionado que para diminuir a concorrência desleal, vai ser quando o SPED for para todos os regimes de tributação.

E já nas desvantagens, 75% das empresas pesquisadas afirmaram que tiveram dificuldades, principalmente com a falta de profissionais qualificados e a escassez de

treinamentos disponíveis para adaptação nas empresas. É fato que os sistemas também não estavam totalmente preparados, ou estavam só pela metade, pois entregavam o layout atualizado para o SPED próximo ao prazo de entrega, tornando difíceis a geração e a verificação dos dados de forma antecipada. Diante a pesquisa percebe-se que 75% dos entrevistados não precisaram aumentar o número de funcionários com a implantação do SPED. E 62,5% responderam que não precisaram aumentar despesas salariais. Entretanto os gastos com TI das empresas aumentaram bastante em 87,5% das empresas citadas na pesquisa, já que foram adquiridos treinamentos, novos módulos e até sistema de gestão novo. Desta forma, a maioria das empresas destacam que existem mais vantagens do que desvantagens, entretanto certas desvantagens como a falta de profissionais qualificados para ensinar e dar treinamentos, acaba afetando bastante na hora de opinar, mas que de fato é um investimento para o futuro.

5. Conclusões

O objetivo deste trabalho era descrever os métodos e processos da utilização da tecnologia da informação cujo agregadas em softwares nas rotinas contábeis dos escritórios.

É levado em consideração que uma das maneiras de se perceber a situação de terminada coisa, e conhecer o que está acontecendo, é realizar um diagnóstico sobre a verdadeira situação. E foi nesse caminho que o trabalho foi sendo desenvolvido, ou seja, com um intuito de obter conhecimento sobre a indústria de software, sobre as características e rotinas básicas de um escritório contábil, conhecer as estruturas atuais antes e depois da implantação da tecnologia, e ter uma avaliação dos sistemas de informação que escritórios pesquisados utilizavam. E para o desenvolvimento do trabalho, teve fonte em livros, artigos publicados, sites importantes e até pesquisas em universidade, cujo se desenvolveu bastante e as ideias compactuaram.

E com essas fontes, ficou demonstrado que a indústria de software surgiu como uma segmentação do mercado, já que muitas das grandes empresas optaram por se especializarem, se atualizarem e não ficarem para trás da concorrência.

A tecnologia é de extrema importância para os sistemas de informação, e para os escritórios contábeis, pois facilita, organiza, acelera todo o processo de dados importantes, além de passar mais credibilidade e confiança a quem realiza o serviço e principalmente ao cliente.

É de se acreditar que os escritórios estão correndo atrás para acompanhar o desenvolvimento tecnológico de maneira boa e eficiente, mesmo que ainda existam certos empecilhos que impeçam essa atitude, pode citar o preço, a velocidade de inovações e a falta de profissionais eficientes para ensinar. Então, é notável que o objetivo dos escritórios, assim como das demais empresas, é a famosa relação custo-benefício, o que significa que eles almejam obter lucro com inovação tecnológica com um baixo custo.

Em relação aos softwares utilizados para auxiliar a rotina contábil, de acordo com a pesquisa usada como base para os estudos, foi constatado que os escritórios participantes da pesquisa fazem uso de algum tipo de software, cujo ajudam hoje, grande parte das necessidades, obviamente tem coisas a melhorar como suporte. A tecnologia está diretamente ligada as atividades contábeis, e com isso facilita e agiliza todo o processo. E como citado no texto que existem coisas para melhorar, é com a falta de profissionais que prestem um serviço eficiente e qualificado, e que possa atender melhor os escritórios, e deixar todos satisfeitos.

Portanto, após um pensamento bem profundo e analisador junto com a pesquisa utilizada como base para este trabalho, é considerado que a utilização da tecnologia de informação junto com os softwares a cada dia que passa está evoluindo, e mesmo que possa ter mais vantagens do que desvantagens, certas desvantagens acabam afetando bastante na qualidade, como a melhora dos profissionais e uma melhor qualificação, a fim de garantir que esta evolução dos profissionais acompanhe o avanço da tecnologia, e com isso, as empresas que acordarem mais cedo e começarem a correr atrás o quanto antes para se enquadrar na esta realidade certamente poderão se destacar futuramente em um fator econômico, já que a economia depende da iniciativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Auditto. **Tecnologia na contabilidade: quais impactos para o contador?**. Disponível em: <https://auditto.com.br/tecnologia-na-contabilidade-quais-impactos-para-o-contador/> Acesso em 22 de julho de 2021

ACCPR. **Academia de Ciências Contábeis do Paraná Frei Luca Pacioli**. Disponível em: <https://www.accpr.org.br/frei-luca-pacioli/> Acesso em 14 de julho de 2021

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistemas de informação: Um enfoque gerencial**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Brasil Escola. **A Evolução da Contabilidade no Brasil**. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/a-evolucao-contabilidade-no-brasil.htm> Acesso em 10 de agosto de 2021

História do CRCSP Conheça o CRCSP Disponível em: <https://crcsp.org.br/portal/conheca/historia.asp#myPage> CRCSP. Acesso em 10 de agosto de 2021

CFC. **CFC – 70 anos de Contabilidade**. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/08/70anos-cfc.pdf> Acesso em 10 de agosto de 2021

CFC Conselho Regional de Contabilidade. **Uma reflexão sobre os impactos da tecnologia na Contabilidade**. Disponível em: <https://cfc.org.br/destaque/uma-reflexao-sobre-os-impactos-da-tecnologia-na-contabilidade/> Acesso em 14 de julho de 2021

CFC Conselho Federal de Contabilidade. **Almoço em comemoração aos 45 anos do IBRACON acontece em São Paulo**. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/almoco-em-comemoracao-aos-45-anos-do-ibracon-acontece-em-sao-paulo/> Acesso em 5 de agosto de 2021

Contábeis. **Tecnologia na contabilidade: o que esperar do mercado?** Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/6349/tecnologia-na-contabilidade-o-que-esperar-do-mercado/> Acesso em 14 de julho de 2021

DEARDEN, John. **Management of Information Systems - Text and Cases**. Irwin, 1969

Diego Menin Mariot, Suzete Antonieta Lizote. **A Estrutura do Sistema Público de Escrituração Digital (sped): um Estudo das Novas Obrigações**. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/1021666.pdf> Acesso em 22 maio 2021

Equipe Totvs. **SPED Fiscal**. Disponível em: <https://www.totvs.com/blog/adequacao-a-legislacao/sped-fiscal/> Acesso em 10 de junho 2021

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informação gerenciais**. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

LUNKES, R. J.; ROSA, F. S. da. **Gestão hoteleira: custos, sistemas de informação, planejamento estratégico, orçamento e gestão ambiental**. Curitiba: Juruá, 2012.

MAGALHÃES, Antonio de Deus F.; LUNKES, Irtes Cristina. **Sistemas contábeis. O valor informacional da contabilidade nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARAKAS, G. M.; O' BRIEN, J. A.; tradução: DUBAL, R., revisão técnica: COLLETTI, A.D. **Administração de sistemas de informação**. 15. Ed. Porto alegre: AMGH, 2013.

Maria Eduarda Barbosa de Ávila, Antônio Carlos Brunozi Júnior, Rodrigo Silva Diniz Leroy. **Influências dos SPED(s) contribuições e fiscal nas arrecadações tributárias dos estados brasileiros**. Disponível em: http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/9433_-_influencias_dos_speds_contribuicoes_e_fiscal_nas_arrecadacoes_tributarias_dos_estados_brasileiros.pdf – Acesso em 22 de maio 2021

MARTINS, P. L. M. B. M.; QUEIROZ, D. L.; SILVA e S. M.; BORGES, R. de O. **Tecnologia e sistemas de informação e suas influências na gestão e contabilidade. IX SEGeT 2012.** Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <http://www.car.aedb.br/seget/artigos12/28816533.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2021

Matheus Sommerfeld. **Documentos fiscais.** Disponível em: <https://ibssystemas.com.br/documentos-fiscais-saiba-quando-emitir-cada-um> Acesso em 22 maio de 2021

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: Uma abordagem gerencial.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, E. **Contabilidade informatizada.** 3ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2003.

Osayk. **Contabilidade e tecnologia: porque essa combinação é importante.**

Disponível em: <https://osayk.com.br/contabilidade-tecnologia-combinacao-importante/> Acesso em 14 de julho de 2021

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de Informações Contábeis: fundamentos e análise.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PBA. **Contabilidade vantagens da contabilidade digital.** Disponível em: <https://www.pbacontabilidade.com.br/vantagens-da-contabilidade-digital/> Acesso em 22 de julho de 2021

PELEIAS, I.R.; BACCI, J. **Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade.** *Revista Administração on line - FECAP*, São Paulo v.5, n.3, p.39-54, 2004. Acesso em 5 de agosto de 2021

PELEIAS, I.R.; SILVA, G.P; SEGRETI, J.B; CHIROTO, A.R. **Evolução do ensino da contabilidade no brasil: Uma análise histórica.** *Revista Cont. Fin.* - USP, São Paulo Edição 30 anos de Doutorado, p.19-32, junho 2004. Acesso em 5 de agosto de 2021

PORTAL TRIBUTÁRIO. Disponível em:
<http://www.normaslegais.com.br/trib/2tributario260208.htm> Acesso em 22 de maio 2021

Portal de Contabilidade. **A contabilidade e o avanço da tecnologia.** Disponível em:
<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadedeetecnologia.htm>
 Acesso em 14 de julho de 2021

Receita Federal. **EFD ICMS** Disponível em:
<http://sped.rfb.gov.br/pastaperguntas/show/517> Acesso em 22 de maio 2021

Rede Jornal Contábil. **A influência da tecnologia na contabilidade em 2019.** Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/a-influencia-da-tecnologia-na-contabilidade-em-2019/> Acesso em 14 de julho de 2021

Rede Jornal Contábil. **Frei Luca Pacioli ícone na história da contabilidade.** Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/frei-luca-pacioli-icone-na-historia-da-contabilidade/> 11 de junho de 2021

Revista Negócios em projeção. **A história da contabilidade no brasil.** Disponível em:
<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao1/article/download/579/545>
 Acesso em 5 de agosto de 2021

Scielo Brasil. **Evidenciação.** Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cest/a/N7KJWLhX3PnDDxgmyqQRg4Q/?format=html&lang=pt>
 Acesso em 14 de julho de 2021

Taliane Heming Backi. **Percepção dos empresários sobre as vantagens e desvantagens do sped fiscal.** Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/5142/514252950008/html/> Acesso em 10 de junho 2021

TC School. **Partidas dobradas: Entendendo a metodologia por trás da contabilidade.**

Disponível em: [https://tc.com.br/tc-school/contabilidade-financeira/metodo-partidas-](https://tc.com.br/tc-school/contabilidade-financeira/metodo-partidas-dobradas)

dobradas Acesso em 11 de junho de 2021